



CENTRO DE INTEGRIDADE PÚBLICA

Anticorrupção - Transparência - Integridade

# O QUE MONITORAR EM CONTEXTO DE RECUPERAÇÃO E INCERTEZAS

Análise da Conjuntura e Perspectivas Económicas e Sociais para 2022



**Título: O QUE MONITORAR EM CONTEXTO DE RECUPERAÇÃO  
E INCERTEZAS**

**Análise da Conjuntura e Perspectivas Económicas e Sociais para 2022**

**Director: Edson Cortez**

**Autores: Aldemiro Bande, Baltazar Fael, Borges Nhamirre, Ben Hur Cavelane,  
Estrela Charles, Leila Constantino, Rui Mate.**

**Propriedade: Centro de Integridade Pública**

**Maputo, Fevereiro de 2022**



CENTRO DE INTEGRIDADE PÚBLICA

Anticorrupção - Transparência - Integridade

# **O QUE MONITORAR EM CONTEXTO DE RECUPERAÇÃO E INCERTEZAS**

**Análise da Conjuntura e Perspectivas Económicas e Sociais para 2022**

**Maputo, Fevereiro de 2022**

# ÍNDICE

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>5</b>
<b>1. ANÁLISE DA CONJUNTURA ECNÓMICA E SOCIAL .....</b>	<b>7</b>
<b>1.1. SECTOR REAL.....</b>	<b>7</b>
1.1.1. Crescimento do Produto Interno Bruto (PIB).....	7
1.1.2. Inflação .....	9
1.1.3. Emprego.....	10
<b>1.2. INDÚSTRIA EXTRACTIVA .....</b>	<b>11</b>
1.2.1. Conjuntura no qual o sector irá operar em 2022.....	11
1.2.2. Previsões do Governo.....	12
1.2.3. Perspectivas do sector para 2022 .....	14
<b>1.3. SECTOR FISCAL .....</b>	<b>17</b>
1.3.1. Transparência.....	17
1.3.2. Receitas do Estado.....	17
1.3.3. Despesas do Estado.....	19
1.3.4. Financiamento do Défice Orçamental e Amortização da Dívida Pública.....	21
<b>1.4. SECTOR MONETÁRIO.....</b>	<b>22</b>
<b>1.5. PROCUREMENT PÚBLICO .....</b>	<b>24</b>
1.5.1 Risco de corrupção no procurement ao serviço da Reconstrução de Cabo Delgado.....	24
1.5.2 Risco de corrupção no procurement do sector de Defesa e Segurança .....	26
1.5.3 Risco de corrupção no procurement do sector de Saúde.....	25
1.5.4 Governação de Terras .....	26
<b>1.6. ANTI-CORRUPÇÃO.....</b>	<b>27</b>
1.6.1 Estágio Actual e Perspectivas do Combate à Corrupção em Moçambique e o Papel das Autoridades Reguladoras na Defesa dos Interesses dos Cidadãos e do Estado .....	27
1.6.2 Vertente Institucional – Gabinete Central de Recuperação de Activos e de Gestão de Activos.....	28
1.6.3 Regulação Económica.....	29
<b>1.7. INSURGÊNCIA EMINSURGÊNCIA EM CABO DELGADO.....</b>	<b>31</b>
1.7.1 Resposta não militares à insurgência e retirada de tropas estrangeiras?.....	31
1.7.2 Plano de Reconstrução de Cabo Delgado.....	31
1.7.3 Estratégia de Resiliência e Desenvolvimento para o Norte (ERDIN).....	32
1.7.4 Retirada das tropas estrangeiras de Cabo Delgado.....	32
<b>1.8. DÍVIDAS OCULTAS.....</b>	<b>33</b>
<b>1.9. SAÚDE.....</b>	<b>33</b>
<b>2. PERSPECTIVAS PARA 2022 - RESUMO .....</b>	<b>35</b>
<b>Referências.....</b>	<b>37</b>

# INTRODUÇÃO

O Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI) projectam, para 2022, um crescimento da economia moçambicana e do Produto Interno Bruto (PIB), na ordem de 5,1% e 5,3 % respectivamente, níveis muito optimistas em relação à previsão do Plano Económico e Social e Orçamento do Estado (PESOE), que prevê, para o mesmo período, um crescimento do PIB de 2,9%. Entretanto, as três previsões de crescimento revelam-se muito ambiciosas. Primeiro, porque historicamente são definidas metas que sistematicamente não são alcançadas; segundo, porque parece que as previsões de crescimento foram feitas num contexto muito optimista em relação a pandemia da Covid-19, numa altura em que vão surgindo novas variantes do vírus e os níveis de vacinação ainda continuam um desafio no país, principalmente para as zonas rurais; terceiro, porque as previsões de inflação a um dígito, à semelhança dos níveis mantidos nos últimos quatro anos, parece que não consideraram a revisão numa média de 12% dos preços dos combustíveis, cujo impacto se traduz rapidamente no aumento dos preços dos demais produtos, e os prováveis impactos de novas vagas de contaminação pela covid-19. Por exemplo, com o aumento dos preços dos combustíveis iniciaram as pressões para o aumento do preço do transporte de passageiros e do aumento do preço do pão, básico na cesta básica dos moçambicanos. Ademais, a grande possibilidade de ocorrência de ciclones tropicais, como o ciclone Ana que recentemente se abateu sobre as regiões centro e norte de Moçambique, poderá alterar as estimativas de produção e de despesa a realizar.

Do lado positivo, está previsto para o ano de 2022 o início da exploração do Gás Natural Liquefeito (GNL) na bacia do Rovuma, cuja expectativa é que contribua para a manutenção da actividade económica e dos níveis de produção nacional, com destaque especial para a arrecadação fiscal “extraordinária”. A possibilidade da retoma de Apoio Directo ao Orçamento do Estado, cuja negociação entre o FMI e o Governo iniciou em Janeiro, pode animar os mercados, podendo constituir um incentivo para os demais parceiros bilaterais voltarem a prestar apoio ao Orçamento do Estado.

A entrada em vigor do pagamento de taxas de quase duas dezenas de portagens, instaladas na Estrada Circular da Cidade de Maputo e ao longo da Estrada Nacional Número 1 (EN1), terá um impacto económico e social em 2022. Poderá afectar a economia contribuindo para o aumento dos preços dos produtos básicos cujo transporte ficará mais caro devido às taxas das portagens. Grande parte dos produtos consumidos em Moçambique são importados através dos grandes portos do país (Maputo, Beira e Nacala) e transportados para todo o país por via terrestre. As taxas de portagens aplicadas aos camionistas podem justificar o aumento de preços.

Na área de procurement público, prevê-se um aumento de actividades com a contratação de empreitadas para a reconstrução de Cabo Delgado. Igualmente prevê-se um aumento na aquisição de bens e serviços para o sector da defesa e segurança para fazer face ao conflito de Cabo Delgado, sendo por isso importante monitorar os riscos de corrupção associados à contratação pública no país, especialmente por se tratar de contextos de emergência humanitária.

Espera-se que a insurgência armada, que ao longo dos últimos 5 anos (desde 2017) dilacera nos distritos do norte e centro de Cabo Delgado, conheça um novo rumo em 2022, resultado da acção das tropas estrangeiras do Ruanda e da missão dos países da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral para Moçambique (SAMIM). Com isso, espera-se o início da implementação efectiva do Plano de Reconstrução de Cabo Delgado (PRCD) e da Estratégia de Resiliência e Desenvolvimento do Norte (ERDN), o que vai permitir um retorno seguro dos deslocados às suas terras para a retoma da vida social e económica. Contudo, prevalecem incertezas sobre o rumo do conflito que, mesmo com a actuação de tropas militares estrangeiras os ataques continuam a acontecer de forma regular e com sinais de expansão para novas áreas da província de Cabo Delgado e da vizinha Niassa.

O desfecho do julgamento do “Caso das Dívidas Ocultas”, para além de continuar a atrair a atenção dos moçambicanos, vai ser um teste à credibilidade do sector da Justiça, principalmente sobre a sua capacidade de responsabilizar crimes de corrupção praticados por pessoas com ligações ao poder político e económico. Até aqui, a impunidade dos corruptos de alto nível é vista como uma das grandes fraquezas do sistema da justiça em Moçambique. O desfecho do julgamento das Dívidas ocultas deverá confirmar esta tendência ou revelar alguns sinais de mudança.

Esta análise tem como objectivo discutir os desafios sociais, económicos, políticos e de segurança para Moçambique no presente ano de 2022, baseando-se na conjuntura actual do país. A análise centra-se nas áreas de trabalho do CIP, nomeadamente: Finanças Públicas, Indústria Extractiva, Anti-Corrupção, Procurement Público e Parcerias Público-Privadas. Inclui áreas transversais como a Saúde, a insurgência armada em Cabo Delgado e as dívidas ocultas.

A presente análise é resultado de pesquisa documental e de revisão de literatura. O documento está estruturado em duas partes. Na primeira apresenta-se o contexto actual da economia moçambicana no geral e em particular nas áreas supracitadas. Na segunda parte apresentam-se as perspectivas para o ano de 2022, destacando-se que é importante monitorar a gestão das finanças públicas no sector extractivo e no procurement público, para além da monitoria dos contornos da insurgência em Cabo Delgado, dos processos judiciais das dívidas ocultas, e na regulação nos diversos sectores.

# 1. ANÁLISE DA CONJUNTURA ECONÓMICA E SOCIAL

## 1.1 SECTOR REAL

### 1.1.1 Crescimento do Produto Interno Bruto (PIB)

Para 2022, o Governo perspectiva que o crescimento anual do PIB real seja de 2,3%, 2pp acima do previsto para 2021<sup>1</sup>. Esta perspectiva de crescimento é desafiadora, tomando em consideração o ambiente de incerteza criado pelo surgimento de novas variantes da COVID-19 e os níveis de vacinação alcançados até finais de 2021 e, ainda, a necessidade de uma terceira dose de reforço, conforme vem sendo anunciado pelo Presidente da República<sup>2</sup>. A tendência de expansão dos ataques armados na zona norte do país para outras regiões, as incertezas relacionadas à retoma normal das cadeias de fornecimento de bens e serviços, a nível mundial, e os novos desafios impostos ao sector extractivo relacionados à necessidade de redução do uso de energias fósseis são outros desafios que podem levar a que as previsões de crescimento projectadas não sejam alcançadas. Paralelamente, o FMI prevê um crescimento do PIB de cerca de 5,3% para 2022<sup>3</sup>, um nível demasiado optimista também, e que, se comparado com a tendência de crescimento do produto nos últimos dois anos pode-se prever que não será atingido, devendo estar muito abaixo dos níveis previstos.

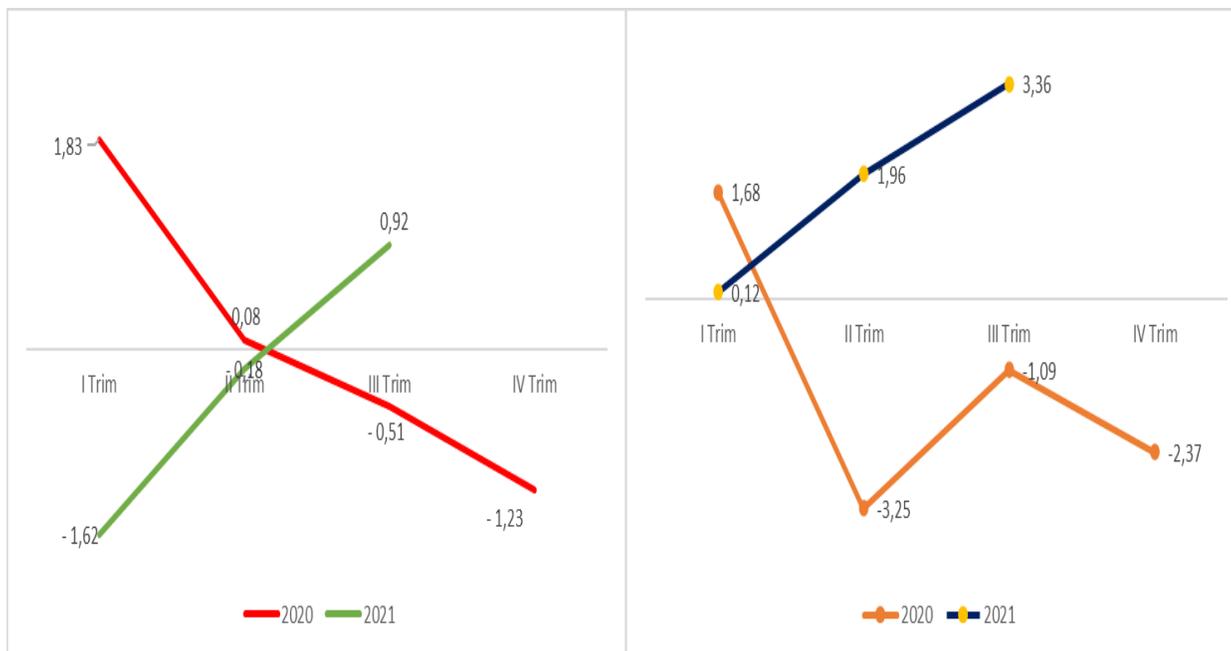
A economia moçambicana vem registando, desde o primeiro trimestre de 2021, uma tendência de recuperação gradual, resultado influenciado, principalmente, pelo desempenho positivo dos ramos de hotelaria e restauração (5,09%), indústria extractiva (5,01%) e agricultura (4,88%), tendo os restantes ramos apresentado a mesma tendência, embora a níveis inferiores. As taxas de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) real (variação homóloga) para os primeiros três trimestres de 2021 situaram-se a níveis positivos e com tendência crescente, isto é, 0,12%, 1,96% e 3,36% no primeiro, segundo e terceiro trimestres, respectivamente, contrário ao cenário de crescimento negativo registado no primeiro ano da eclosão da pandemia no país. Contudo, dados do INE revelam que em termos de crescimento acumulado, o PIB teve uma variação negativa nos primeiros dois trimestres do ano, com taxas negativas de 1,63% e 1,18%, situação que melhorou no terceiro trimestre, atingindo uma taxa de crescimento acumulado de 0,92%. Isto pode implicar que o crescimento em 2021 não tenha atingido o nível esperado de 2,1%. Este é mais um aspecto que pode denunciar o não alcance do nível de crescimento de 2,9%, previsto para 2022.

1 <https://observador.pt/2021/12/21/fmi-e-mocambique-iniciam-discussao-sobre-programa-de-ajuda-financieira-em-janeiro/>

2 <https://www.rfi.fr/pt/mo%C3%A7ambique/20220121-mo%C3%A7ambique-vai-come%C3%A7ar-a-vacinar-idosos-e-doentes-com-dose-de-refor%C3%A7o>

3 FMI (2022), 2022 projected GDP, disponível em: <https://www.imf.org/en/Countries/MOZ>

Gráfico 1: Taxas de crescimento real do PIB (Variação homóloga) Gráfico2: Taxas de crescimento real do PIB (acumulado)



Fonte: INE (2021)

O ano de 2021 foi marcado por uma subida substancial dos preços dos combustíveis que tiveram um aumento que varia de 7% a 22%, justificado pelo aumento do preço do crude em 112,5%, partindo de USD40, em Março de 2020, para USD 85 em Outubro de 2021 e baixado para USD 78,87, em finais de Dezembro de 2021<sup>4</sup>. Esta subida desencadeou um aumento no preço de bens e serviços afectado o poder de compra dos cidadãos. Para 2022, a previsão é de uma recuperação gradual das economias mundiais o que implica um aumento da procura global mas com previsões de que os níveis de oferta não poderão responder na mesma magnitude o que irá provocar pressões inflacionarias globais. Com esta tendência do aumento de índice do preço das commodities<sup>5</sup> em 2022, pode-se esperar que a curto e médio prazo os preços domésticos aumentem.

Espera-se ainda, em 2022, uma relativa melhoria do ambiente de negócios no país, influenciando de forma positiva o volume de negócios, que registou melhorias em 2021, em relação ao período homólogo do ano anterior. O volume de negócios até Agosto de 2021, no sector de restauração, cresceu em cerca de 43,90%, se comparado com o período homólogo de 2020, enquanto o do comércio e serviços cresceu em cerca de 11,24%, o que justifica a sua contribuição positiva no PIB de 2021. Igualmente, revertendo a situação registada em 2020, no terceiro trimestre, a importação do gasóleo e da gasolina tiveram incrementos, face ao trimestre homólogo de 2020, à volta de 172,73% e 59,13%, respectivamente.

Prevê-se que o saldo da balança comercial continue deficitário em 2022, podendo registar uma piora em relação a 2021, devido ao potencial aumento do volume de importações, influenciado pelo aumento do volume de investimentos, principalmente relacionados aos projectos de exploração de gás na bacia do Rovuma. Até Setembro de 2021 este saldo teve um défice de USD 694,78 milhões, tendo sido o valor de exportações de USD 1551,18 milhões e de importações de USD 2246,96 milhões. Embora a variação do volume de exportações tenha sido maior que a do volume de importações entre 2021 e 2020, i.e., entre os Trimestres III de 2020 e de 2021, houve uma subida em cerca de 66,89% e 49,97%, do volume de exportações e importações, respectivamente. Nesta senda, os principais produtos exportados neste trimestre foram: o carvão (24,19%), o alumínio (19,01%), energia eléctrica (11,82%) e areias pesadas, o titânio (5,83%).

<sup>4</sup> <https://expansao.co.ao/economia/interior/preco-do-barril-de-petroleo-aumentou-sete-dolares-em-apenas-oito-dias-106137.html>

<sup>5</sup> <https://www.imf.org/en/Data>

## 1.1.2 Inflação

Para o ano de 2022, o Governo perspectiva uma inflação média anual na ordem dos 5,3%, um nível que se mostra desafiador para os fazedores de políticas, tomando em conta a tendência crescente da taxa de inflação ao longo de 2021 e as incertezas sobre o preço do petróleo a nível internacional, dentre outras commodities.

Para 2022 existe uma tendência para o agravamento do preço do petróleo e dos bens alimentares, justificada não apenas pela crise energética vivida na Europa, pela tensão geopolítica entre a Rússia e Ucrânia, que arrasta outras potenciais mundiais tais como os Estados Unidos da América, associados à pressão fiscal que Moçambique tem sofrido devido à pandemia da covid 19 e aos desastres naturais. Tendo em conta os factores acima arrolados, é expectável que o nível de inflação seja maior que o previsto pelo Governo para 2022.

A inflação média anual revela que o país registou, em 2021, um aumento de preços na ordem de 5,69%. As divisões de alimentação e bebidas não alcoólicas e de bebidas alcoólicas e tabaco destacaram-se ao registar aumentos de 10,94% e 7,70%, respectivamente.

Os gráficos 2 e 3, abaixo, revelam, entre outros aspectos, que em 2021 o custo de vida em Moçambique aumentou. A inflação passou de 4,09%, de Janeiro, para 6,74%, em Dezembro de 2021, e esteve, até o terceiro trimestre, a níveis mais altos em todo o período em relação à 2020, colocando-se enormes desafios aos rendimentos das famílias moçambicanas, pela redução do seu poder de compra, num contexto de pandemia e crise, facto que poderá perdurar a curto prazo no corrente ano.

Gráfico3: Inflação Homóloga (%)

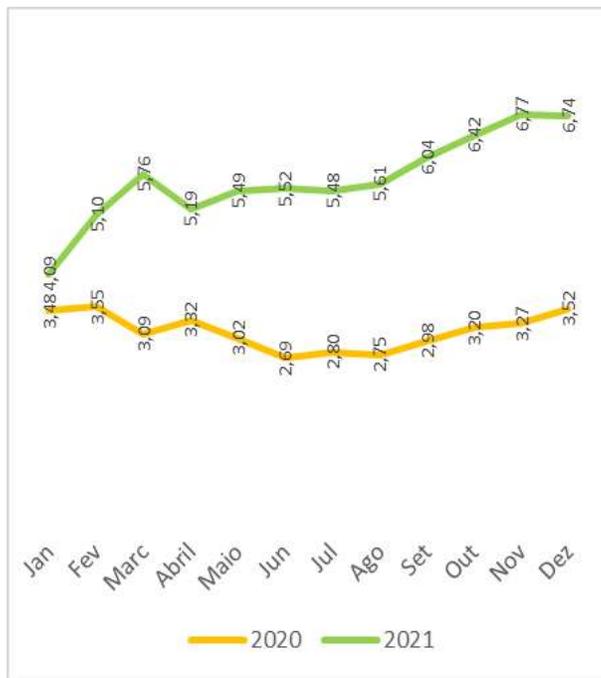
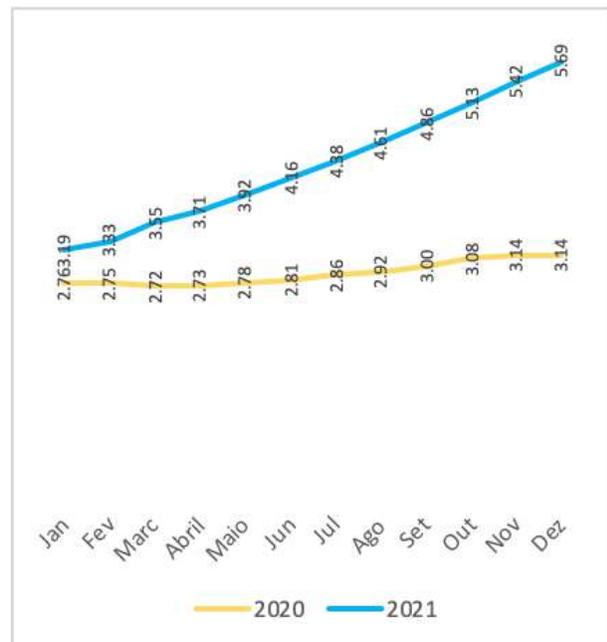


Gráfico 4: Inflação média anual (%)



Fonte: INE 2021

## 1.1.3 Emprego

Segundo um estudo do Banco Mundial, Moçambique precisa de criar 500.000 novos empregos anualmente para acomodar os jovens que anualmente integram a força de trabalho<sup>6</sup>. O Governo, segundo o PESOE 2022, prevê criar no ano de 2022 cerca de 272,7 mil novos empregos, dos quais 16,5 mil pelo sector público e 234,7 mil pelo sector privado e 21,3 mil no exterior. Este número representa um défice de 46% em relação às necessidades do país.

O alcance da meta de empregos projectada levanta preocupações porque, do lado do Estado, o PESOE 2022 indica a necessidade de continuar a conter a despesa pública através da limitação de novas admissões, com excepção dos sectores de Educação, Saúde e Agricultura (Extensionistas) e a admissão de um novo funcionário apenas com a saída de 3. Logo, o alcance desta meta está dependente da existência de recursos financeiros colectados pelo Estado que podem não ficar disponíveis devido aos vários riscos associados, como é o caso dos ciclones, que obrigam à realocação de verbas.

Do lado do sector privado, a economia irá recuperar lentamente em 2022 envolta em incertezas em relação à dimensão de recuperação, aos sectores que apresentarão desempenho positivo e a outros aspectos. Considerando por exemplo os dados apresentados pela Confederação das Associações Económicas (CTA), com a paralisação das actividades da Total, uma das empresas concessionárias do projecto de gás na bacia de Rovuma, 410 empresas também paralisaram as suas actividades levando muitos trabalhadores ao desemprego. Este aspecto mostra que o alcance de níveis de emprego projectados depende de outros factores que não foram apresentados pelo Governo.

O padrão de crescimento do país, pelo menos nos últimos 20 anos, é o mesmo. Assente na poupança externa, na geração de pouco valor acrescentado, na baixa criação de emprego, na secundarização dos sectores criadores de riqueza coloca as metas de emprego traçadas para 2022 questionáveis porque mais uma vez, não estão indicadas as estratégias concretas que serão adoptadas para o seu alcance. Moçambique continua com o desafio de garantir que o processo de crescimento gira empregos suficientes, com vista a absorver o mais rápido influxo de novos trabalhadores na força de trabalho e aumentar a produtividade laboral.

Veja-se que a taxa de desemprego estimada para Moçambique desceu de 20,7%, em 2014/15, para 17,5% ,em 2019/20, sendo de 28,9% nas zonas urbanas e 11,4% nas zonas rurais, de acordo com o Instituto Nacional de Estatística (INE). Contudo, estes dados não apresentam total credibilidade e/ou não representam a realidade devido ao número de pessoas trabalhando no sector informal, o qual agrega maior parte da população activa, que muitas vezes coloca em causa a metodologia de cálculo da taxa de desemprego.

Especificamente para os jovens, o Governo lançou em 2021 o programa Emprega, um programa que visa impulsionar a competição de planos de negócio entre jovens com idade compreendida entre os 18 e os 35 anos. Entretanto, são necessárias intervenções mais assertivas para a criação de maiores números de empregos formais no país.

Uma análise publicada pelo Standard Bank<sup>7</sup> mostra que a taxa de criação de emprego não sofreu grandes alterações desde Novembro de 2021, sendo apenas ligeira. A actividade de contratação foi, de uma forma geral, associada ao aumento da procura. Quatro dos cinco sectores monitorizados indicaram um aumento do emprego, com a excepção do sector da agricultura.

Em 2022, o Estado continuará sendo o maior empregador na economia, na medida em que o sector privado continua dominado por PMEs, que não afectam um grande número de trabalhadores, para além do facto de o sector privado estar em um momento de recuperação após os efeitos severos da pandemia da Covid-19 no volume negócios, levando, em muitos casos, à redução de pessoal<sup>8</sup> cuja reinserção poderá ser em um período de médio e longo prazo, facto que não ocorreu no sector público.

6 <https://blogs.worldbank.org/pt/african/quatro-formas-para-mocambique-transformar-criacao-de-empregos-e-aproveitar-o-dividendo>

7 Standard Bank (2022), PMI do Standard Bank Moçambique: Crescimento dos novos negócios abranda para o valor mais baixo dos últimos quatro meses, disponível em: <https://www.standardbank.co.mz/content/download/6970/39588/file/Standard%20Bank%20Mozambique%20PMI%20-%20December%202021.pdf> [consultado a 04/02/2022]

8 CM (2020), Mais de 43 mil pessoas perderam o emprego em Moçambique devido à Covid-19, disponível em: <https://www.cmjornal.pt/mundo/detalhe/mais-de-43-mil-pessoas-perderam-o-emprego-em-mocambique-devido-a-covid-19> [consultado a 02/02/2022]

## 1.2 INDÚSTRIA EXTRACTIVA

O ano de 2022 representa um marco muito importante para Moçambique no sector extractivo devido à entrada em funcionamento do projecto Coral Sul FLNG, segundo projecto do sector de gás a iniciar a produção. A maior expectativa é que este projecto marque o início da posição de Moçambique como um player mundial do sector, reanimando as expectativas dos moçambicanos de que a exploração de gás em Moçambique pode trazer mudanças económicas e sociais, não só para os que estarão directamente ligados aos projectos, mas para toda a população. Espera-se também que os outros projectos pendentes, como são os casos dos projectos liderados pela TotalEnergies que aguarda melhorias na segurança em Cabo Delgado e ExxonMobile que aguarda a tomada de decisão final de investimento, possam se reverter em 2022 o que poderá se reflectir em mais receitas resultando em um aumento significativo na taxa de crescimento do PIB nos próximos anos. Neste sentido, o ano de 2022 é crucial para o governo, pelo menos em relação ao projecto da Total. Deve garantir a melhoria das condições de segurança para a retoma deste projecto.

Alguns movimentos das expectativas criadas de melhores momentos para economia moçambicana já são visíveis - especificamente, o retorno do financiamento por parte do FMI depois do abandono devido à descoberta das dívidas ocultas<sup>9</sup>. O FMI e parceiros poderão estar a visualizar (para além de outros elementos) que a capacidade do Estado de honrar os seus compromissos, a médio e longo prazo, irá melhorar e, deste modo, o país poderá ser amarrado, desde já, em compromissos relacionados às suas políticas de financiamento. Neste caso, 2022 representa um marco da posição do Estado Moçambique em relação ao futuro que quer em relação à sua indústria extractiva.

Importa referir que se indica publicamente que as dívidas ocultas foram contraídas com garantia de pagamento através das receitas do gás de Rovuma. Com o início da produção deste projecto, vislumbra-se uma maior abertura para novos financiamentos. É necessário que estes financiamentos sejam direccionados para sectores produtivos, que haja diversificação da base produtiva nacional, que se criem poupanças para permitir que os benefícios sejam para todos os moçambicanos.

### 1.2.1 Conjuntura no qual o sector irá operar em 2022

As discussões actuais sobre o crescimento e o desenvolvimento económico tendem a mostrar que o actual modelo de crescimento, que vincula o desenvolvimento económico à exploração de recursos naturais, é questionável. As discussões prendem-se à necessidade de um desenvolvimento com níveis de poluição com tendência a zero. Neste sentido, defende-se um novo modelo de desenvolvimento baseado na transição energética, emergente do Acordo de Paris em 2015 e reforçado com a COP26, realizada 2021, que trouxe directrizes mais concretas que os países deverão seguir - como são os casos da redução do uso do carvão e de outros combustíveis fósseis, a redução de emissão de gases de efeito estufa em 45% até 2030, em comparação com 2010, e de neutralidade até 2050; regulamentação do mercado de carbono e o comércio, de emissões e outras.

Para além deste aspecto, que faz parte da conjuntura mundial, para Moçambique espera-se, em Junho de 2022, pelo início da produção de gás na área 4 da Bacia do Rovuma - Projecto Coral Sul FLNG, liderado pela Mozambique Rovuma Venture (MRV) S.p.A, o que irá trazer uma nova dinâmica ao sector de gás em Moçambique.

Em 2022, o Governo espera arrecadar deste projecto cerca de 34,52 milhões de USD em receitas. Para além deste aspecto, o sector continuará a ser influenciado negativamente pela paralisação das actividades da empresa TotalEnergies, no projecto da Área 1, apesar de previsão do seu regresso ainda em 2022 com a melhoria da situação em Cabo Delgado. Outro aspecto positivo e que irá afectar as dinâmicas do sector em 2022, após polémicas de desistência, foi a garantia dada pelo Presidente da Exxon Mobil do avanço do projecto de produção e liquefacção de gás da área 4 da bacia do Rovuma, esperando-se que em 2022, finalmente, esta companhia tome a decisão final de investimento que vem adiado desde 2019.

<sup>9</sup> <https://www.dw.com/pt-002/est%C3%A1-aberto-caminho-para-o-retorno-de-mo%C3%A7ambique-ao-financiamento-do-fmi/a-60230244>

O carvão mineral, produto com maior peso na estrutura (50,57%) dos minerais sólidos e determinante para o nível de crescimento da produção global, em 2022 deverá ser objecto de atenção especial, considerando não só a conjuntura internacional da transição energética, mas também da retirada da Vale Moçambique, um dos maiores operadores de carvão no mercado doméstico, o que poderá ter impactos significativos nas previsões de 2022. A nova concessionária das minas da Vale, a empresa Vulcan Minerals, faz parte do grupo Jindal, que já opera as minas de Chirodzi na província de Tete e com algum histórico de conflitos com as populações devido à gestão de processos de reassentamento. O Governo deverá, neste sentido, considerar cautelosamente as condições desta transacção evitando que estes problemas voltem a reflectir-se. Outro aspecto não menos importante na saída da Vale é a possibilidade da nova concessionária negociar a atribuição de benefícios fiscais numa altura em que a Vale se retira depois de terminado o período de benefícios fiscais.

Dentro da conjuntura apresentada acima, é necessário também aliar ao alerta do FMI (2021) segundo o qual os surtos da pandemia da Covid-19 em regiões que abrigam elos importantes das cadeias de fornecimento globais resultaram em rupturas no abastecimento mais prolongadas do que o previsto, conduzindo à alta da inflação em diversos países o que pode aumentar os riscos de alcance das perspectivas económicas e as decisões de política económica poderão se tornar mais complexas. Neste sentido, para o FMI as três preocupações para 2022 estão associados à Covid-19, às rupturas na cadeia de fornecimento de bens e serviços a nível mundial e a pressões inflacionárias.

A entrada em funcionamento da Unidade de Gestão do Processo Kimberley (UGPK) e a consequente adesão de Moçambique a este processo, poderá impulsionar a arrecadação de receitas do sector mineiro através da captação de receitas que outrora não o eram.<sup>10</sup>

Outro aspecto relevante é a atenção que deve ser dada à necessidade de criação do Fundo Soberano, que parece ter sido esquecido pelo Governo, principalmente com a entrada em produção de mais um projecto do sector do gás cuja previsão de receitas a partir de 2023 é de cerca de 772 milhões de dólares.

## 1.2.2 Previsões do Governo

Segundo o PESOE (2022), espera-se que o sector extractivo cresça em 4,1% em 2022, sustentado pela perspectiva de:

- i. entrada em produção, a partir do segundo semestre de 2022 de gás natural liquefeito, através da plataforma flutuante Coral Sul. A estimativa é que este projecto contribua em 2022 para as receitas do Estado em 34,52 milhões de dólares americanos, o que representa uma contribuição de 0,8% nas receitas do Estado para 2022;
- ii. aumento na produção das areias pesadas (Ilmenite, zircão, rutilo), incluindo o seu concentrado, fundamentalmente devido à retoma pela empresa Haiyu Mining das actividades em uma das suas concessões na província de Nampula que estavam paralisadas desde início de 2021 e o aumento da produção da empresa Kenmare, em Moma, como resultado do melhoramento das suas capacidades técnicas de produção e aumento do número de clientes no mercado internacional;
- iii. aumento em 30% da produção de carvão mineral, produto com maior peso na estrutura de produção de minérios (50,57%). Estas previsões consideram o facto da empresa Vale Moçambique ter melhorado a sua capacidade de processamento, após ter realizado investimentos para o efeito entre finais de 2020 e primeiro semestre de 2021;
- iv. aumento da produção de grafite em 128,6% em relação as projecções de 2021, devido à retoma das actividades das empresas após paralisação devido aos efeitos da COVID-19, associada à queda de preços no mercado internacional;
- v. aumento na produção de rubi em 15%, cujo peso na estrutura de produção de minerais é de 28,46%. Este aumento deriva da retoma das operações da Montepuez Rubi Mining em 2021, após encerramento dos mercados internacionais, por conta da COVID-19 em 2020;
- vi. aumento da produção do ouro em 39,0% como resultado da entrada em funcionamento de duas minas de produção de ouro no distrito de Manica e Memba em Nampula; e
- vii. maior capacidade de captação e processamento das informações sobre minerais produzidos de forma artesanal e de pequena escala, comprados pelos detentores de licenças de comercialização, outrora não catalogados na tabela dos minerais produzidos no país, com a operacionalização da Unidade de Gestão do Processo Kimberley (UGPK).

<sup>10</sup> <https://cartamz.com/index.php/economia-e-negocios/item/9167-governo-enaltece-impacto-do-processo-kimberley-no-aumento-da-producao-e-exportacao-de-minerios>

Tabela 1: Projeção da Produção do Sector Extractivo para 2022

DESIGNAÇÃO	U.M.	REAL 2020	PLANO 2021	PROJEÇÃO 2022	TAXA DE CRESCIMENTO (%)
Ouro	Kg	253.6	507.2	705.0	39
Tantalite	Kg	85,342.4	110,000.0	120,000.0	9
Ilmenite	Ton	1,011,002.0	1,984,630.0	2,120,000.0	7
Zrcão	Ton	58,247.8	105,000.0	130,000.0	24
Rutilo	Ton	4,153.0	8,306.0	9,000.0	8
Concentrado de areais pesadas	Ton	5,634.0	11,268.0	13,600.0	21
<b>Minerais Não Metálicos</b>					
Berilo	Ton	160.0	290.0	300.0	3
Berilo Refugo	Ton	403.2	512.0	600.0	17
Grafite	Ton	36,847.0	70,000.0	160,000.0	129
Quartzo Diverso	kg	1,070,841.6	1,864,629.2	2,000,000.0	7
Quartzo Rosa	kg	548,028.0	1,066,050.0	1,000,000.0	-6
Corundo	kg	8,442.0	14,584.0	14,500.0	-1
Corundo Refugo	kg	3,039.0	6,078.0	6,000.0	-1
Bentonite	Ton	52,947.7	79,421.6	80,000.0	0.7%
Diatomite	Ton	35,257.4	38,000.0	60,000.0	58
Calcário	Ton	777,136.3	1,300,000.0	1,600,000.0	23
Areias para construção	M <sup>3</sup>	3,990,065.0	7,980,130.0	8,000,000.0	0
Argila	Ton	271,076.4	800,000.0	900,000.0	13
Bauxite	Ton	4,701.9	9,403.8	8,500.0	-10
Água Mineral	m3	166,414.3	250,000.0	300,000.0	20
Pedra para construção (brita)	M <sup>3</sup>	1,014,423.0	3,000,000.0	4,000,000.0	33
Guano	Ton	1.4	2.0	3.0	50
<b>Rochas Ornamentais</b>					
Granito em Blocos	M <sup>3</sup>	475.0	750.0	1,200.0	60
<b>Pedras Preciosas e Semipreciosas</b>					
Tumalinas	Kg	41.6	77.0	81.0	5
Tumalina Refugo	Kg	63,457.3	120,000.0	125,000.0	4
Granada	Kg	164,056.8	220,000.0	230,000.0	5
Granada Refugo	Kg	171,959.0	300,000.0	305,000.0	2
Águas Marinhas	Kg	5.0	6.0	7.5	25
Águas Marinhas Refugo	Kg	2.7	5.0	7.0	40
Morganite	Kg	104.4	200.0	60.0	-70
Rubi	Cts	3,046,021.7	5,756,538.8	6,630,000.0	15
Rubi Refugo	Cts	205.0	210.0	215.0	2
Dumortierite	kg	28,000.0	28,100.0	28,500.0	1
Redonite	kg	37,800.0	37,900.0	38,000.0	0
Ágata	kg	269,800.0	300,000.0	320,000.0	7
Safira	kg	191.0	193.0	195.0	1
Granada Hessonite	Kg	33,051.5	80,000.0	90,000.0	13
Esmeralda	Kg	0.9	1.0	1.3	30
Amazonite	Kg	142,864.2	190,000.0	210,000.0	11
Topázio	kg	16,267.1	17,000.0	17,500.0	3
<b>Minerais Combustíveis</b>					
Carvão (Coque)	Ton	2,409,459.0	5,188,696.0	6,745,564.0	30
Carvão (Térmico)	Ton	2,017,701.0	4,253,056.0	5,528,972.0	30
<b>Hidrocarbonetos</b>					
Gás Natural-Temane	Gj	93,614,028.2	187,228,056.3	180,056,625.0	-4
Condensado	bbl	136,497.6	272,995.2	643,085.0	136
LNG-Rovuma	MSCF	0.0	0.0	56,000.0	

Fonte: MEF - PESOE 2022

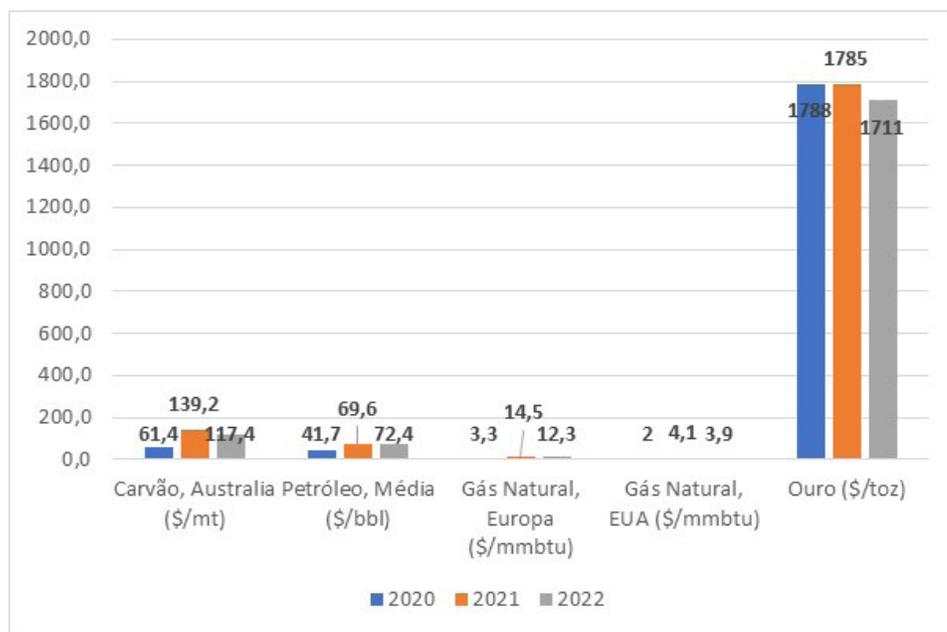
## 1.2.3 Perspectivas do sector para 2022

Na perspectiva do CIP, as previsões do sector extractivo para 2022 foram de certa forma muito optimistas uma vez que, de forma geral, o sector extractivo moçambicano é muito influenciado pelo que acontece no exterior. Pelo que, as dinâmicas do sector, para além das dinâmicas da pandemia da Covid-19, isto é, como o país irá lidar com a possibilidade de surgimento de novas variantes e da reorganização das cadeias produtivas a nível mundial cuja falha tem um grande potencial inflacionário, o sector irá depender de:

### i) *Preços dos principais produtos de exportação do sector*

O Banco Mundial (2021)<sup>11</sup> prevê que os preços do carvão no mercado australiano reduzam em 16% em 2022. Este cenário é também previsto para o gás natural nos mercados europeus e norte-americano com reduções de 15% e 5%, respectivamente, e também para o ouro cuja redução do preço poderá ser de 4% (ver gráficos abaixo). Estas reduções podem afectar as previsões de um dos principais factores da recuperação económica em Moçambique em 2022 se o efeito “aumento das quantidades produzidas” (ver tabela acima), conforme previsto no PESOE 2022, não compensar o efeito “da redução dos preços”.

**Gráfico 5: Previsão de preços das principais mercadorias de exportação**



Fonte: World Bank Commodities Price Forecast, Oct. 2021

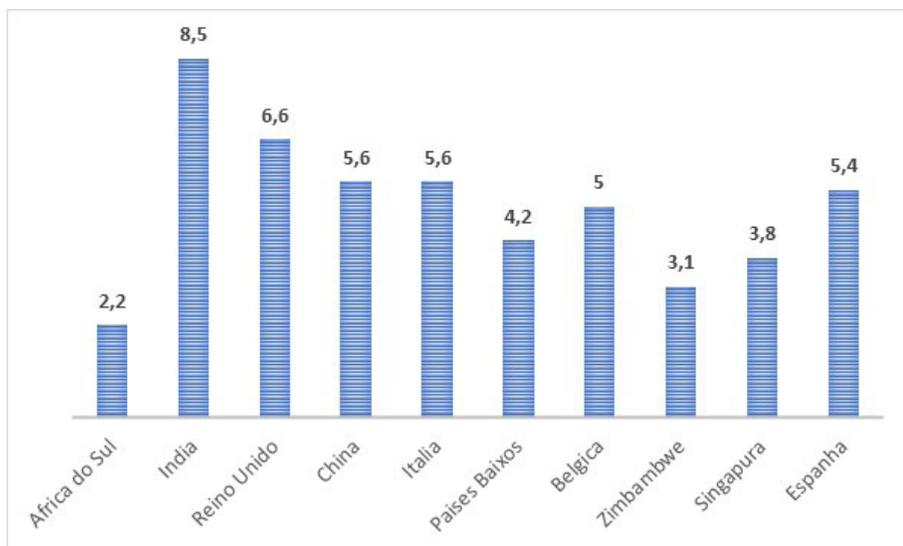
### ii) *Desempenho das principais economias de exportação<sup>12</sup>*

As previsões do FMI (2021) apontam que todos os principais parceiros comerciais de Moçambique irão apresentar desempenho positivo sendo que, alguns estão entre os países que devem registar crescimento acima de 5%, que representa a média mundial de 2022. Este cenário pode favorecer Moçambique pelo aumento das suas exportações para estes países. No entanto, tudo dependerá da clareza e coerência das intervenções que podem contribuir bastante para evitar tropeços desnecessários nas políticas económicas.

<sup>11</sup> World Bank Commodities Price Forecast, Oct. 2021

<sup>12</sup> Taxas de crescimento do PIB previstas no *World Economic Outlook* de Outubro de 2021

**Gráfico 6: Taxa de Crescimento do PIB das principais economias de exportação (%)**



Fonte: World Economic Outlook de Outubro de 2021

### iii) *Evolução do processo redução das emissões de carbono*

O sector extractivo a nível mundial, e em Moçambique em particular, está rodeado de grandes incertezas em relação ao seu futuro. As discussões sobre a transição energética e a redução do uso de gases de efeito estufa até 2050, decorrentes do acordo de Paris<sup>13</sup>, e as recentes decisões da conferência sobre o clima, COP26, que trouxe novas directrizes vão afectar significativamente este sector e com isto todas as previsões inicialmente traçadas. Na COP26 foi decidido que os países devem reduzir o uso do carvão e combustíveis fósseis<sup>14</sup>. Dependendo do nível de implementação desta medida, as previsões de aumento da produção do carvão em 30% para 2022 poderão estar comprometidas.

No entanto, a possibilidade do gás ser considerado energia verde pela União Europeia<sup>15</sup> poderá acelerar os outros projectos em curso e permitir que, ainda em 2022, a ExxonMobile tome definitivamente a sua decisão final de investimento. Esta possibilidade pode acender as expectativas de Moçambique no gás devendo-se considerar a possibilidade de estabelecer, ainda em 2022, o Fundo Soberano.

### iv) *Dinâmicas do mercado financeiro internacional*

Outro elemento relacionado com este processo de redução da emissão de gases de efeito estufa, que pode afectar negativamente o sector em 2022, está relacionado com a redução de financiamento de investimentos dos sectores considerados nefastos para os objectivos de descarbonização. A organização ambientalista Friends of Earth (FOE) interpôs acções judiciais junto aos tribunais ingleses para bloquear a exploração de gás natural no norte de Moçambique<sup>16</sup>. Estas acções poderão pôr em causa os investimentos já realizados e ainda adiar as previsões das operações de vários projectos que poderão ter que procurar outras alternativas de financiamento.

13 <https://www.undp.org/content/dam/brazil/docs/ODS/undp-br-ods-ParisAgreement.pdf>

14 <https://www.alemnaenergia.engie.com.br/cop26-confira-as-principais-decisoes-do-pacto-climatico-de-glasgow/>

15 <https://www.opais.co.mz/uniao-europeia-quer-considerar-gas-como-energia-verde/>

16 <https://www.dw.com/pt-002/ong-%C3%A9-contra-g%C3%A1s-natural-em-mo%C3%A7ambique/a-59688204>

v) *Dinâmicas do sector do Carvão com a saída da Vale Moçambique*

A empresa Vale Moçambique, alegando o seu compromisso com a descarbonização, anunciou a venda da mina de Moatize e do Corredor Logístico de Nacala à empresa Vulcan Minerals, do grupo Jindal da Índia, por 270 milhões de dólares mais um acordo de royalty de 10 anos. A venda pode gerar recursos de tributação de mais-valia que podem aumentar os recursos do Estado em 2022, mas também pode influenciar o sector de diversas formas. Por exemplo, mais empresas do sector podem seguir o mesmo caminho de desinvestimento seguido pela Vale Moçambique o que pode afectar as previsões de produção. O facto das participações da Vale Moçambique terem sido compradas por uma empresa do Grupo Jindal, pode criar distorções no sector devido ao aumento do poder de negociação desta empresa como resultado de deter uma parcela significativa e estratégica do sector. Lembrar que a Jindal já opera em outras minas no país. No entanto, é preciso notar que esta pode ser uma vantagem para Moçambique uma vez que esta empresa é indiana e este país faz parte dos parceiros de exportação cuja taxa de crescimento para 2022 é de 8,5% e faz parte dos países que defendeu, na COP26, a redução do uso do carvão e não o abandono, o que pode constituir uma vantagem para Moçambique continuar a vender o seu carvão.

vi) *Dinâmicas do conflito em Cabo Delgado*

O conflito em Cabo Delgado levou a paralisação das actividades da empresa Total em Abril de 2021 tendo-se anunciado, em Setembro do mesmo ano, que uma vez que a situação da insegurança estiver controlada, a empresa regressaria. Este anúncio avivou as esperanças e projecções dos benefícios esperados com as operações desta empresa<sup>17</sup>. Este optimismo encontra-se reflectido também nas previsões do crescimento do sector em 4,1%, em 2022.

Estas previsões não parecem considerar um possível alastramento do conflito de Cabo Delgado para outros distritos da província e mesmo para outras províncias, como já se vem noticiado, a título de exemplo para a província de Niassa que já regista ataques dos insurgentes<sup>18</sup>.

<sup>17</sup><https://www.dw.com/pt-002/mo%C3%A7ambique-popula%C3%A7%C3%A3o-continua-a-fugir-de-ataques-no-niassa/a-60108974>

<sup>18</sup><https://www.dw.com/pt-002/mo%C3%A7ambique-popula%C3%A7%C3%A3o-continua-a-fugir-de-ataques-no-niassa/a-60108974>

## 1.3 SECTOR FISCAL

### 1.3.1 Transparência

O ano de 2022 é um marco para o campo de gestão de finanças públicas, com o início da implementação de um plano e orçamento num único documento (Plano Económico e Social e Orçamento do Estado-PESOE). Este facto vai permitir, até certo ponto, uma melhor monitoria do cumprimento dos planos e respectivos gastos do Governo em determinado ano, para além de uma maior coordenação entre estes que eram dois documentos separados.

Em 2021 foram lançados os resultados da Pesquisa Sobre o Orçamento Aberto relativa à gestão dos fundos da COVID-19<sup>19</sup>. Segundo esta pesquisa, o Governo moçambicano não está a gerir de forma transparente e responsável os pacotes de política fiscal introduzidos para fazer face à pandemia da COVID-19. Contudo, o Ministério da Economia e Finanças está, em coordenação com parceiros dentre os quais o CIP, a desenhar uma estratégia de melhoria dos indicadores de transparência orçamental, a partir da qual se espera que os resultados de pesquisas sobre a transparência na gestão de fundos públicos coloquem Moçambique em melhores posições em 2022 e posteriores anos. O corte do apoio directo ao orçamento do Estado pelo FMI teve como génese o despoletar do caso das dívidas ocultas no país. Contudo, passados cerca de 5 anos, o FMI perspectiva voltar a retomar este apoio. Entretanto, esta retoma poderá estar acompanhada por um leque de condicionantes, dentre as quais a publicação de informações relevantes sobre a gestão dos fundos do Estado. Efectivando-se esta situação, poderá contribuir significativamente para a melhoria dos indicadores de transparência orçamental, em particular, e dos de governação, de forma geral.

### 1.3.2 Receitas do Estado

Para 2022, espera-se que haja um aumento das receitas do Estado de 265.6 mil milhões para 351.9 mil milhões de meticais. Tendo em conta que cerca de 80% das receitas são provenientes de impostos domésticos, principalmente o Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Colectivas (IRPC), o Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Singulares (IRPS) e o Imposto sobre o Valor acrescentado (IVA), é necessário que o Estado envide esforços para melhorar o ambiente de negócios e tornar as empresas mais produtivas.

O ano de 2022 é o primeiro de arrecadação fiscal dos projectos de exploração de gás no país. Portanto, para evitar que as receitas do gás sejam despendidas em despesas não estruturantes para a economia nacional, é necessária a retoma das discussões e a operacionalização do Fundo Soberano Moçambicano ainda em 2022.

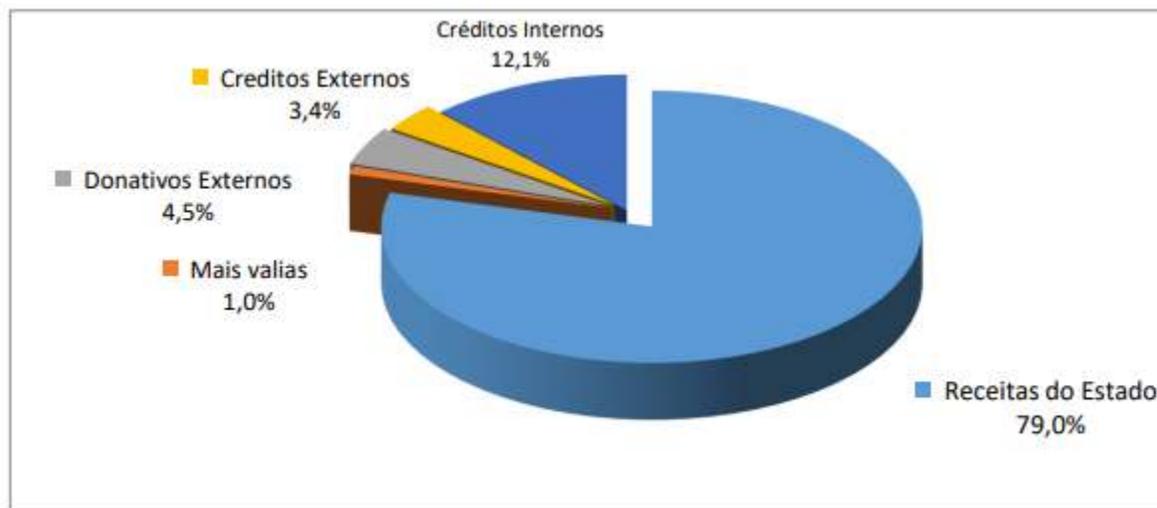
A estrutura de recursos de Moçambique está focada principalmente nos impostos directos e indirectos, mostrando a dependência do país no sector empresarial e na massa assalariada. Entretanto, alguns factores podem condicionar esta colecta de receitas, como é o caso do processo de vacinação e o surgimento de novas variantes da COVID-19, da ocorrência do ciclone tropical Ana, em Janeiro de 2022, e a possibilidade de ocorrência de outros desastres naturais.

No período de Janeiro a Setembro de 2021 o Governo mobilizou recursos na ordem de 250.686,5 Milhões de MT, o correspondente a 68% da previsão anual, tendo os recursos internos se situado a 74,7% e os externos a 33,2% do programado. Os Donativos Externos atingiram o montante de 11.361,3 milhões de Meticais, equivalentes a 33,4% da previsão anual e os Créditos Externos situaram-se em 8.417,2 milhões de Meticais, correspondentes a 33,0% da previsão anual.

O Gráfico 4, abaixo, mostra a estrutura dos recursos mobilizados pelo Estado, podendo se observar que as receitas constituem a principal fonte de recursos com uma contribuição de 79% do total de recursos mobilizados, os Créditos Internos, Donativos Externos, os Créditos Externos e as Mais-Valias cobradas em 2019 e, contribuído com o correspondente a 12,1% 4,5%, 3,4% e 1,0%, respectivamente.

<sup>19</sup><https://www.cipmoz.org/pt/2021/05/25/governo-na-CC%83o-esta-a-gerir-de-forma-transparente-e-responsavel-os-pacotes-de-politica-fiscal-introduzidos-para-fazer-face-a-covid-19/>

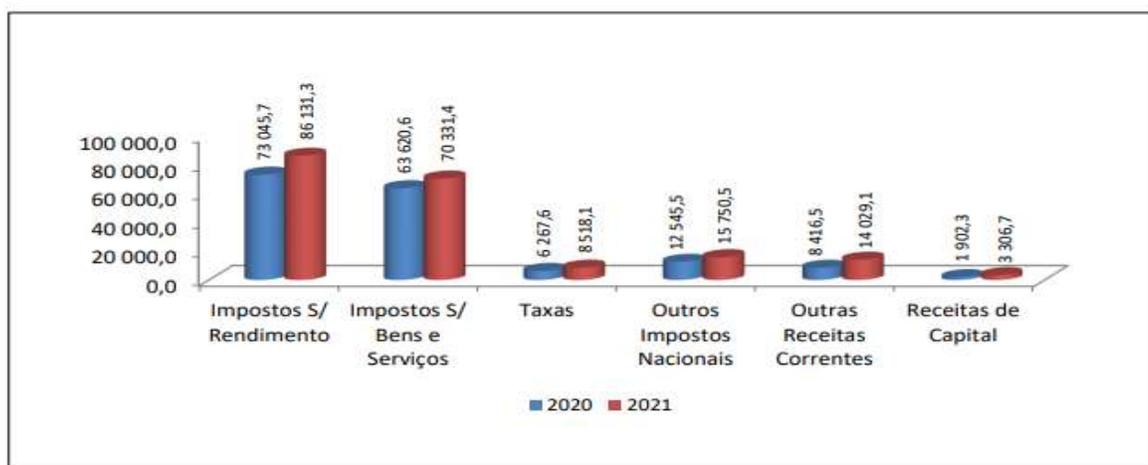
Gráfico 7: Estrutura dos recursos mobilizados pelo Estado



Fonte: MEF/REO Jan-Set 2021

A cobrança da Receita do Estado atingiu, no período de Janeiro a Setembro, o montante de 198.067,2 milhões de Meticais, após dedução de 9.910,7 milhões de Meticais de reembolsos do IVA, correspondentes a 74,6% da previsão anual, tendo as Receitas Correntes arrecadado 194.760,5 milhões de Meticais e as Receitas de Capital 3.306,7 milhões de Meticais, correspondente a 77,0% e 25,8% da previsão anual, respectivamente.

Gráfico 8: Execução das Receitas do Estado (em milhões de meticais)



Fonte: MEF/REO Jan-Set 2021

A arrecadação fiscal em 2021 foi maior em relação a 2020, facto que pode ser justificado pelo relaxamento das medidas restritivas contra a COVID-19 e a retoma gradual da actividade económica.

Nos últimos anos, tem-se observado uma dificuldade, por parte da AT<sup>20</sup>, de alargamento da base tributária no país, levando a que se aumentem impostos para os actuais contribuintes, sem que se observem questões de incrementos salariais e o aumento do custo de vida, constituindo esta acção mais uma forma de opressão ao bolso do cidadão moçambicano.

20 DW (2022), Fraude no Terminal Marítimo: Altos quadros das Alfândegas detidos em Maputo, disponível em: <https://www.dw.com/pt-002/fraude-no-terminal-mar%C3%ADtimo-altos-quadros-das-alf%C3%A2ndegas-detidos-em-maputo/a-60458758> [consultado a 04/02/2022]

É necessário que o Governo crie mecanismos seguros para a diversificação da base tributaria focando-se não apenas no IRPC e IRPS mas também em outros rendimentos como é o caso dos rendimentos provenientes da aquisição arrendamento de imóveis, os rendimentos perdidos devido às isenções fiscais fornecidas aos megas projectos, entre outros.

Ainda em 2022, com a esperada entrada das receitas provenientes dos projectos de exploração do gás na bacia do Rovuma, há risco de o Governo negligenciar os casos que podem contribuir de forma significativa para o aumento da arrecadação fiscal, como o controlo da fuga ao fisco, impostos de imóveis, cuja contribuição agregada poderia aliviar os cofres do Estado.

O ano de 2022 é também importante porque chega a metade do actual quinquénio de Governação e, tendo em conta as dinâmicas da economia política de Moçambique, começa a sentir-se alguma tensão com os processos de sucessão política que poderão advir num futuro breve. Este facto tende a precipitar tendências de rápida acumulação de oportunidades de enriquecimento ilícito por parte de alguns titulares de cargos públicos. Portanto, neste ano poder-se-á assistir a um provável aumento de requisições de isenções fiscais para a importação de diversas mercadorias por várias empresas, funcionários públicos, parlamentares, partidos políticos, entre outros.

Casos recentes de fuga ao fisco por via das isenções fiscais mostram que o país tem sido lesado em milhões de meticais de receitas. Mostra-se a necessidade urgente de elevar a discussão relativa à questão das isenções dos benefícios fiscais a todos níveis, desde os benefícios fiscais atribuídos às empresas exploradoras de recursos naturais, isenções fiscais atribuídas às empresas privadas, aos funcionários públicos, deputados da assembleia da república, partidos políticos entre outros no país.

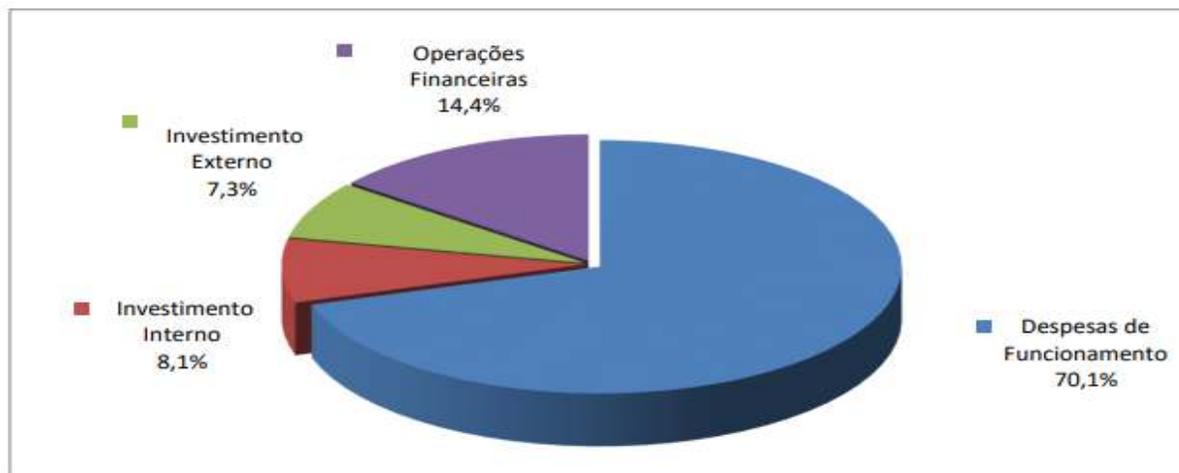
O caso dos benefícios fiscais chama atenção por ser uma potencial fonte de alargamento da arrecadação fiscal que, entretanto, parece não estar a merecer a devida atenção pelo Governo. O que acontece é que os maiores beneficiários acabam contribuindo menos para as receitas uma vez que estes benefícios retiram a possibilidade de cobrança de receitas às grandes empresas, abrindo mais espaço para que o Governo aplique maiores cobranças a pequenas e médias empresas (PME), pressionando-as mais, em detrimento das grandes empresas.

### 1.3.3 Despesas do Estado

A execução do Orçamento do Estado de Janeiro a Setembro de 2021 reporta uma mobilização de recursos no valor de 167.444,0 milhões de Meticais, equivalente a 45,4% da previsão e uma realização da despesa total de 165.853,0 milhões de Meticais, correspondente a 45.0% do Orçamento Anual. O nível de execução da despesa de Funcionamento alcançou o equivalente a 48,6% do Orçamento para o Ano, tendo o Investimento atingido o correspondente 29,5% do programado, sendo 41,9% na componente interna e 22,2% na componente externa. Este relativo baixo nível de execução da despesa denuncia que provavelmente a execução global do orçamento de 2021 não tenha atingido cem por cento, possibilitando a transição dos relativos fundos para 2022, havendo, portanto, necessidade de uma maior monitoria e fiscalização dos mesmos de modo a garantir que sejam executados de forma eficiente.

É expectável que o nível de realização da despesa no primeiro semestre de 2022 seja relativamente maior ao registado em 2021, dada a expectativa de arrecadação das primeiras receitas do gás no país (USD34,5 milhões). Este montante, já incluso nas projecções de orçamento para 2022, poderá colocar pressão ao Governo para que se consiga executar este montante até Dezembro de 2022, para além da pressão na despesa devido à necessidade de fazer face aos efeitos dos desastres naturais.

O Gráfico 6 mostra que as Despesas de Funcionamento absorveram o equivalente a 70.1% das despesas totais, as Despesas de Investimento 29,8%, sendo 8,1% na componente Interna e 7,3% na componente Externa e as Operações Financeiras, 14,4%.



Fonte: MEF/REO Jan-Set 2021

A estrutura das despesas mostra que o Governo continua privilegiando as despesas de funcionamento em detrimento das de investimento. Entre 2015 e 2019, a despesa de funcionamento aumentou em cerca de 66.2% e a de investimento apenas 12.4%. Para além do aumento constante das despesas de funcionamento pode-se verificar que esta tem a maior percentagem, ou o maior peso, na estrutura das despesas, cerca de 69.9%, facto que a longo prazo poderá deixar a economia fragilizada e dependente dos bens importados (pelo fraco investimento nos sectores produtivos) e susceptíveis a choques externos.

Para 2022, dada a ocorrência do ciclone tropical Ana, dentre outros potenciais ciclones, o PESOE assim como as projecções de despesa a realizar em 2022 poderão sofrer revisões para abarcar as despesas de reconstrução, apoio humanitário, dentre outros, que advêm dos efeitos destes desastres/ciclone, na zona centro e norte do país, despesas tais que não estavam previstas no orçamento do Instituto Nacional de Gestão de Desastres (INGD).

A ocorrência de ciclones e outros desastres naturais é destacada no relatório de riscos fiscais de 2022 como um dos principais riscos para a execução das finanças públicas em Moçambique. O Governo prevê alocar 36,703.5 milhões de meticais para o Fortalecimento da Gestão Sustentável dos Recursos Naturais e do Ambiente (prioridade III do PESOE) o correspondente a 8,1% do total da despesa prevista para 2022, após uma afectação de 4,404.1 milhões de meticais (correspondente a 1,2% do total da despesa prevista para 2021). O aumento do nível de orçamento para fazer face aos desastres e aos seus efeitos no país, é de certa forma positivo na medida em que acompanha as expectativas de ambientalistas de ocorrência mais frequente de ciclones e com magnitude mais severa no país<sup>21</sup>.

Contudo, observa-se que as despesas com esta prioridade representam um grande peso no orçamento do Estado, o que significa que recursos que poderiam ser aplicados para investimentos produtivos são redistribuídos para fazer face aos desastres e a toda a sua cadeia, havendo, por isso, a necessidade de se melhorar a gestão dos mesmos. Esta tarefa não passa apenas pela execução de infraestruturas públicas, mas também pela garantia de resiliência destas de modo que em caso de desastres não haja necessidade de reconstrução e/ou reinvestimento. Assim, é importante que em 2022 o Governo melhore a fiscalização das obras públicas (principalmente as pontes, escolas e hospitais) para que estas tenham a qualidade necessária, tendo em conta o risco de ocorrência frequente de eventos climáticos severos no país.

A chegada de nova porta de receitas no ano corrente, proveniente das receitas do gás na bacia do Rovuma, poderá contribuir para o aumento das despesas de investimento público (não produtivo) principalmente na área de construções, criando mais “elefantes brancos” a semelhança do aeroporto de Gaza, dentre outros. Isto é, estas receitas, associadas ao final do mandato do partido no poder, constituem um chamariz para investimentos avultados em áreas com maiores níveis de corrupção e sectores improdutivo, ao invés de se criar uma alternativa produtiva que gira um efeito multiplicador na economia como são os casos dos sectores da Educação, Agricultura, entre outros.

<sup>21</sup> Reuters (2022), Storm Ana kills at least three in Mozambique and Malawi, disponível em: <https://www.reuters.com/world/africa/tropical-storm-kills-two-injures-66-mozambique-2022-01-25/> [Consultado a 02/02/22]

### 1.3.4 Financiamento do Défice Orçamental e Amortização da Dívida Pública

O défice orçamental em 2021 foi estimado em 102.999,0 milhões de meticais, tendo sido financiado por donativos e créditos. 44,3% dos donativos recebidos até Setembro de 2021 foi via Off CUT, i.e., fora da Conta Única do Tesouro (CUT), o que pode implicar que os doadores preferiram gerir por si os projectos e/ou financiamentos a Moçambique neste período, facto que pode ser consequência da quebra de confiança dos parceiros ao Governo na capacidade de gestão dos fundos públicos.

O stock da dívida atingiu o montante de 219.466.8 milhões de meticais, em 2021, tendo estado a um nível de 197.606,4 milhões de meticais em 2020, muito acima dos limites de sustentabilidade da dívida.

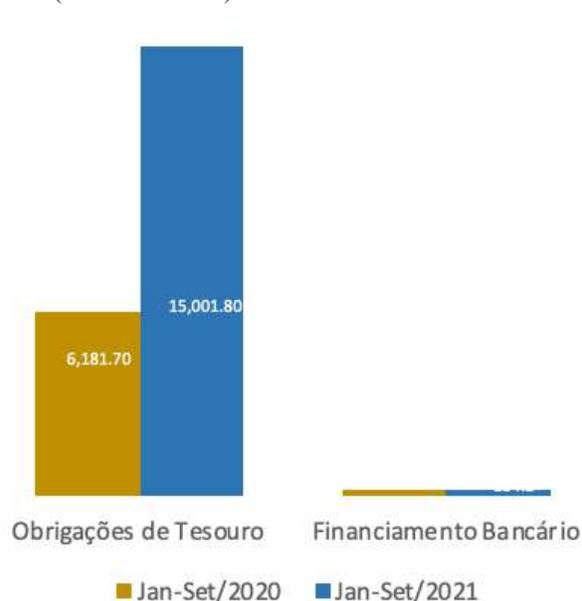
Gráfico 10: Amortização da Dívida Externa

(milhões de MT)



Gráfico 11: Amortização da Dívida Interna

(milhões de MT)



Fonte: MEF/REO Jan-Set 2021

O nível de crédito interno aumentou drasticamente de 2016 a 2020, passando de cerca de 4%, em 2016, para 11.8%, em 2020. O recurso à dívida interna tem estado a restringir o espaço financeiro do sector privado, tornando cada vez mais débil a sua situação, para além de contribuir para o encarecimento do custo do crédito no mercado através do aumento da taxa de juros.

Para 2022, o Governo<sup>22</sup> espera que Dívida Pública, incluindo passivos contingentes, poderá atingir 145% do PIB. Prevê-se que a trajectória do rácio Dívida Pública/PIB, a médio prazo, tende a crescer dada a necessidade crescente de aumento de despesa para responder aos desafios impostos pela Covid-19, do não pagamento das amortizações e juros da dívida existente e da probabilidade de materialização das garantias emitidas a favor do Sector Empresarial do Estado (SEE).

Ainda para o presente ano de 2022, a previsão de arrecadação de receitas do gás, constitui igualmente um chamariz para a retoma do apoio ao orçamento pelo FMI e por outros parceiros internacionais, na medida em que existe uma potencial fonte de recursos financeiros para o Estado. Neste sentido, é provável que o stock de dívida externa aumente em 2022 em relação a 2021. O mesmo risco poderá existir para o caso da dívida interna, visto que com as receitas de Outubro, o Governo poderá aumentar a apetência de contratar créditos comerciais junto dos bancos para fazer face às suas despesas correntes, tais que poderão ser pagos com os recursos da exploração em Outubro de 2022. Esta contratação poderá criar um efeito crowding out na economia, isto é, o recurso ao crédito comercial pelo Governo vai criar pressões para o aumento das taxas de juro de mercado que por sua vez retrai o investimento privado.

De forma geral, observa-se tendencialmente um aumento desenfreado da dívida pública (quer interna, quer externa), questionando-se, desse modo, quais são as estratégias do Governo para fazer face ao elevado nível de endividamento público e para a devolver o país a níveis sustentáveis de dívida pública?

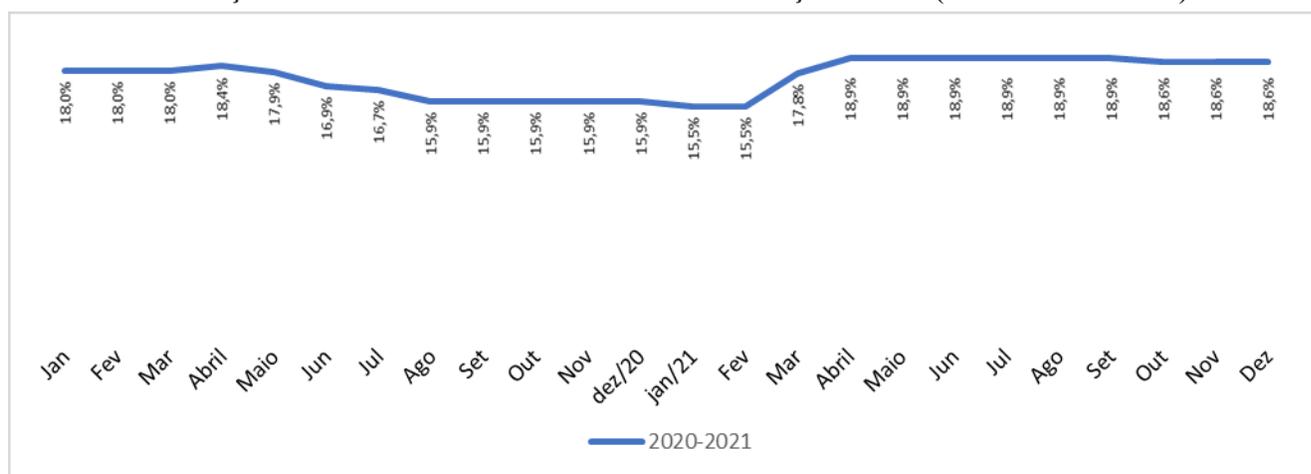
22 MEF (2021), Relatório de Riscos Fiscais 2022, disponível em: <https://www.mef.gov.mz/index.php/publicacoes/politicas/relatorios-de-riscos-fiscais/1286-relatorio-de-riscos-fiscais-2022> [consultado a 04/02/2022]

## 1.4 SECTOR MONETÁRIO

Para minimizar os efeitos da pandemia da COVID-19 no sector financeiro em Moçambique, o Banco de Moçambique (BM) adoptou um conjunto de medidas tendentes a reduzir a exposição da banca comercial e garantir a estabilidade macroeconómica, nomeadamente: i) redução dos coeficientes de reservas obrigatórias em moeda nacional e estrangeira em 150pb; ii) autorização da reestruturação dos créditos, sem custos, aos clientes bancários afectados pela pandemia da Covid-19; e, iii) introdução de uma linha de financiamento em moeda estrangeira no valor de USD 500 milhões. Segundo o Banco de Moçambique, estas medidas tiveram um efeito positivo traduzido num sistema financeiro resiliente e estável. Contudo, as medidas do BM são tendentes a penalizar a economia real, isto é, o sector produtivo.

Embora ainda em período de crise e de recuperação dos efeitos da pandemia, o Banco de Moçambique, continuou adoptando políticas restritivas, aumentando as taxas de juro de referência, como a Prime Rate, situando-se 2,7pp acima em Dezembro de 2021, comparando com o mesmo período de 2020, após ter registado um nível de 18,4%, em Abril de 2020. A percepção é que o BM está a manter a tendência de aumento da prime rate do período antes do agravamento da pandemia no país.

**Gráfico 12: Evolução da Prime Rate do Sistema Financeiro Moçambicano (Jan/2020-Dez/2021)**



Fonte: Banco de Moçambique 2020-2021

Vários economistas partilham da opinião de a política monetária do BM ser pro-cíclica e não ajustada à economia real<sup>23</sup>, ao invés de contra-cíclica, como demanda a teoria económica<sup>24</sup>, o que torna a sua política monetária não alinhada com os objectivos de crescimento económico e de redução da pobreza.

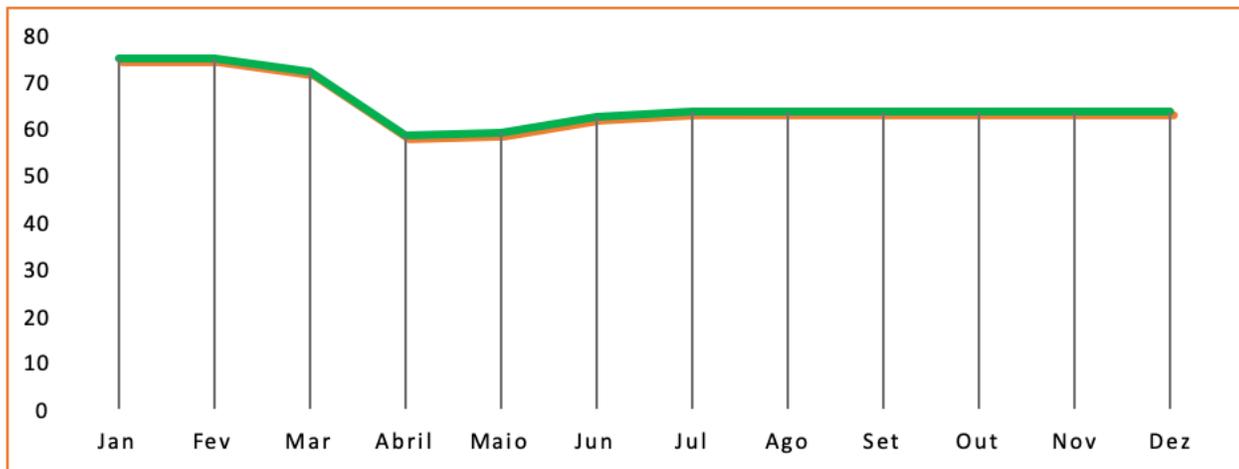
O ano de 2021 foi ainda marcado por uma apreciação do metical em cerca de 17%, sem precedentes internos remarcáveis, apontando-se como principal causa a política monetária expansionista do banco central norte-americano. Esta situação provou mais uma vez a grande volatilidade do metical face aos choques externos. A partir de Julho do mesmo ano, o metical tendeu a estabilizar, até chegar a pouco acima de 63MT/USD até finais de 2021, após depreciar e encerrar 2020 a uma taxa de 69,47MT/USD. Contudo, a elevada volatilidade

<sup>23</sup> <https://omrmz.org/omrweb/download/7828>

<sup>24</sup> Em tempos de contração económica, a política monetária deve ser expansionista, e em períodos de expansão, a mesma deve ser contracionista, com o objectivo de manter a estabilidade económica.

do metical, cria um ambiente de incertezas quanto ao seu preço face a outras moedas em 2022.

Gráfico 13: Taxa de Câmbio Média Mensal 2021



Fonte: Banco de Moçambique (2021)

Tendo em conta a estrutura da balança comercial de Moçambique, o défice da conta corrente, que passará de 7.9% em 2021 para 39.5% em 2022, associado às previsões de crescimento das importações espera-se, para 2022, uma depreciação do metical.

Para 2022 espera-se que exista uma maior procura de moeda estrangeira para fazer face às importações<sup>25</sup> de diversas mercadorias para suportar o défice produtivo do país sendo que os bancos comerciais e o banco central terão de implementar medidas de forma a garantir o acesso à moeda estrangeira.

<sup>25</sup> De acordo com o PESOE 2022 o nível de importações passará de USD 3.4 mil milhões em 2021 para 10.3 mil milhões em 2022.

## 1.5 PROCUREMENT PÚBLICO

O procurement público possui um papel importante na gestão das finanças públicas. Pelo menos 33% da despesa pública do país, equivalente a 10% do PIB, destina-se à aquisição de bens e serviços e contratação de empreitadas de obras públicas<sup>26</sup>. Entretanto, o procurement é também uma das áreas extremamente expostas a riscos de corrupção<sup>27</sup>. Por essa razão, em 2022 a contratação pública continua a ser uma das áreas para a qual se deve prestar atenção especial. Neste ano o procurement ao serviço dos programas/projectos implementados pelo Governo em Cabo Delgado merece ainda maior escrutínio público.

### 1.5.1 Risco de corrupção no procurement ao serviço da Reconstrução de Cabo Delgado

#### - Pilar de infraestruturas mais vulnerável

Orçado em aproximadamente 300 milhões de USD, o Plano de Reconstrução de Cabo Delgado (PRCD), aprovado pelo Governo em Setembro de 2021, é um dos projectos que terá peso significativo na realização da despesa pública naquela parcela do país. Prevê-se que, ao abrigo deste plano, acções de curto prazo sejam imediatamente implementadas em 2022<sup>28</sup> nas zonas recuperadas pelas Forças de Defesa e Segurança, o que implicará a aquisição de bens e serviços e, acima de tudo, a contratação de empreitada de obras públicas.

O PRCD prevê maior intervenção na componente de infraestruturas. Pelo menos 70% dos fundos orçados, aproximadamente 216, 7 milhões de dólares, serão alocados para a recuperação de infraestruturas.

Os elevados montantes que serão drenados para a implementação do PRCD - sobretudo no pilar de infraestruturas – chamam atenção pelos altos riscos de corrupção que podem apresentar. O valor global do PRCD é de longe superior ao orçamento anual alocado à província de Cabo Delgado nos últimos dois anos. O contexto de insegurança em Cabo Delgado e o factor “emergência” podem ser evocados pelo Governo para justificar o recurso a ajustes-directos para a contratação de empresas para a execução de obras públicas e, assim, contornar o concurso público, que é a modalidade regra e a que oferece maior transparência na contratação pública.

A falta de transparência como resultado do recurso ao ajuste-directo pode criar condições favoráveis para a corrupção, comprometendo, assim, a qualidade das intervenções esperadas, conforme tem sido prática no país. Aliás, a título de exemplo, num passado recente, o Governo socorreu-se do argumento da emergência para contratar directamente -sem concurso público - empreiteiros para execução de obras de reabilitação e construção de sanitários e fontes de água em escolas e institutos públicos para fazer face a COVID-19, num investimento orçado em cerca 3,5 mil milhões de meticais. O resultado foi desastroso! Houve atraso na execução das obras e a qualidade destas deixou a desejar<sup>29</sup>.

A corrupção na contratação pública ao serviço da reconstrução de Cabo Delgado pode atrasar as perspectivas de recuperação do tecido económico e social nos distritos alvo de intervenção.

26 World Bank Group & DFID (2020) MOZAMBIQUE: Assessment of the Public Procurement System, Main Report. Disponível em: <https://openknowledge.worldbank.org/bitstream/handle/10986/35388/Main-Report.pdf?sequence=1>. Consultado

27 CIP (2020) Procurement Público em Moçambique: Reformas Legislativas sem Efeito no Combate à Corrupção. In. Governação e Integridade em Moçambique. Disponível em: <https://cipmoz.org/wp-content/uploads/2020/11/Governac%CC%A7a%CC%83o.pdf>. Consultado a 20. Jan. 2021

28 Governo de Moçambique (2021) Plano Reconstrução de Cabo Delgado das Zonas Afectadas pelo Terrorismo (2021-2024). Disponível em: <https://www.minec.gov.mz/images/cabodelgado/plano-reconstrucao-cabo-delgado.pdf>. Consultado a 19. Jan. 2022

29 CIP (2021) Suspensão de aulas presenciais revela falhas na resposta a Covid-19 no sector da Educação. Disponível em: <https://www.cipmoz.org/wp-content/uploads/2021/08/Suspensa%CC%83o-de-aulas-presenciais-revela-falhas-na-resposta-a-Covid-19-1-1.pdf>.

## 1.5.2 Risco de corrupção no procurement do sector de Defesa e Segurança

### - A bem da transparência, controlo externo deve ser reforçado

Em 2022 o Governo irá alocar mais dinheiro para os sectores da Defesa e Segurança. O orçamento aprovado pelo Governo para o sector está avaliado em cerca de 40 mil milhões de meticais, um crescimento perto de 20%, se comparado ao ano de 2021. O Governo justifica o aumento pela necessidade de aquisição de equipamento militar e profissionalização das Forças de Defesa e Segurança (FDS) como resposta ao extremismo violento em Cabo Delgado.

O aumento do investimento público para o sector de defesa e segurança é necessário para melhorar a resposta das FDS no combate ao terrorismo. Entretanto, corre-se o risco de se repetir o mesmo padrão de secretismo usado pelo Governo na contratação dos serviços das empresas militares privadas. Como tem sido prática, muitas das aquisições do sector militar poderão escapar ao escrutínio público. O argumento do segredo do Estado poderá ser mais uma vez usado pelo Governo para ocultar aos cidadãos informação sobre os gastos do sector militar com a Insurgência em Cabo Delgado. A Assembleia da República poderá, mais uma vez, falhar no seu dever de fiscalizar os gastos do sector de defesa e segurança. O risco imediato decorrente da falta de transparência nas aquisições do sector militar é a corrupção e o desvio de fundos. Mas, neste caso específico, há ainda um risco maior: o de se perder a oportunidade de equipar as FDS com os meios e equipamentos adequados e comprometer, assim, a profissionalização de que necessitam para o combate ao terrorismo. Decorre daí a necessidade de maior monitorização das despesas do sector militar.

Neste ano, o controlo externo ao sector de defesa e segurança deve ser reforçado. A fiscalização externa de gastos militares é importante para prevenir a corrupção e evitar repetição de casos como o das dívidas ocultas<sup>30</sup>. Em 2021, o CIP realizou o primeiro rastreio dos gastos do Governo com enfoque para as aquisições do sector militar no contexto da Insurgência em Cabo Delgado. Em 2022, o CIP continuará a mapear e monitorar os contratos/negócios ao serviço da Insurgência em Cabo Delgado.

## 1.5.3 Risco de corrupção no procurement do sector de Saúde

A pandemia da COVID-19 obrigou o Governo a aprovar, em 2021, um regime de contratação excepcional directa dos fabricantes de bens e prestadores de serviços, através do Decreto n° 53/2021 de 29 de Julho. A modalidade é aplicável para a aquisição de medicamentos, equipamentos hospitalares, produtos de saúde e outros equiparados, pelo sector de saúde, durante o período de vigência da Situação de Calamidade Pública<sup>31</sup>.

O recurso à contratação excepcional, neste caso o ajuste directo, representa altos riscos de corrupção devido ao relaxamento dos procedimentos normais de controlo e fiscalização, aplicados na modalidade de contratação regra - o concurso público.

Embora o ajuste-directo seja previsto por lei, sobretudo em contextos de emergência como este, as análises do CIP mostram que contratos via ajustes-directos têm sido adjudicados, sem justificação plausível, a uma rede de fornecedores com ligações privilegiadas com o MISAU<sup>32</sup>. Os servidores públicos podem aproveitar-se da falta de transparência associada a esta modalidade de contratação para manipular as contratações públicas, seja mediante a sobrefaturação seja pelo favorecimento de determinados fornecedores em troca de “comissões”.

30 CIP (2021), *Controlo Externo da Despesa de Defesa e Segurança: Quanto e como gasta o Estado com a Insurgência em Cabo Delgado?* Disponível em: <https://www.cipmoz.org/wp-content/uploads/2021/08/Quanto-e-como-gasta-o-Estado-com-a-guerra-de-Cabo-Delgado-1.pdf>

31 Decreto 53/2021 de 29 de Julho

32 CIP (2020) Regime excepcional de contratação pública no contexto da Covid-19 acarreta altos riscos de corrupção. Disponível em: <https://www.cipmoz.org/pt/2020/08/16/regime-excepcional-de-contratacao-publica-no-contexto-da-covid-19-acarreta-altos-riscos-de-corrupcao/>. Consultado a 20. Jan. 2021

## 1.5.4 Governação de Terras

### - Risco de uma reforma legal sem legitimidade social

A governação de terras volta a estar no centro do debate público em 2022. Com a revisão em curso da política nacional de terras (PNT), o assunto vai, mais uma vez, constituir uma das prioridades na agenda do Governo.

Após uma auscultação pública algo contestada pela sociedade civil dada a relativa falta de transparência, a revisão avança este ano para a sua fase derradeira: dois ante-projectos da PNT e Lei de Terras serão submetidos ao Governo e os respectivos diplomas legais à Assembleia da República para que sejam apreciados e discutidos.

Dois aspectos fazem desta reforma legal um assunto para monitorar em 2022. Por um lado, está a falta de consenso nacional sobre a necessidade de uma revisão da política nacional de terras (Especialistas e organizações da sociedade civil entendem ser desnecessária a sua revisão<sup>33</sup>, devido à falta de clareza sobre os seus fundamentos, falta de transparência e falta de inclusão, no outro extremo, organizações agrárias consideram que a revisão em curso não surge em resposta às dinâmicas sócio-económicas do país, como dá a entender o Governo, mas serve a interesses “privados e neoliberais das multinacionais e das grandes potências mundiais”<sup>34</sup>). Por outro lado, está o cepticismo em relação à forma como decorreu a auscultação pública e os resultados decorrentes deste figurino por se entender que a mesma não foi participativa o suficiente devido ao contexto de Covid-19 e da Insurgência em Cabo Delgado<sup>35</sup>. Em suma, o debate sobre a necessidade da revisão da política nacional de terras ainda não granjeia consenso nacional, o que pode afectar a legitimidade das reformas que o Governo espera produzir com a revisão em curso.

33 **Diário Económico** (2021) *Não Precisamos de Mexer na Política de Terras, Temos é de Clarificar a Lei*. Disponível em: <https://www.diarioeconomico.co.mz/2020/09/11/economia/nao-precisamos-de-mexer-na-politica-de-terras-temos-e-de-clarificar-a-lei/#:~:text=Alda%20Salom%C3%A3o%20integrou%2C%20inclusive%2C%20um%20grupo%20de%20peritos,de%20avaliar%20o%20desempenho%20interno%20sobre%20a%20mat%C3%A9ria>. Consultado a 20. Jan. 2021

34 **Monjane, B.** (2021) *Uma Leitura Céptica do Processo Da Revisão Da Política Nacional De Terras*. Disponível em: <https://omrmz.org/omrweb/wp-content/uploads/DR-143-Uma-leitura-c%C3%A9ptica-do-processo-da-revis%C3%A3o-da-pol%C3%ADtica-nacional-de-terras.pdf>. Disponível em:

35 **ASCUT** (2021) *Declaração da ASCUT sobre a Revisão da Política Nacional de Terra*. Disponível em: <https://paane.co.mz/wp-content/uploads/2021/10/ASCUT-Declaracao-Conferencia-Internacional-de-Terras-ASCUT-Final.pdf>. Consultado a 20. Jan. 2021

## 1.6 ANTI-CORRUPÇÃO

### 1.6.1 Estágio Actual e Perspectivas do Combate à Corrupção em Moçambique e o Papel das Autoridades Reguladoras na Defesa dos Interesses dos Cidadãos e do Estado

O combate à corrupção na vertente legal e institucional vem conhecendo avanços e recuos. No essencial, não tem sido diferente ao que vem acontecendo nos últimos anos da governação do actual Presidente da República, designadamente, o discurso de combate à corrupção procura convencer os cidadãos nacionais do engajamento do Governo nessa causa, sendo que, o mesmo acontece no que concerne à comunidade internacional, em que, através dos representantes diplomáticos no país, Filipe Nyusi, num encontro realizado no ano transacto (2021) procurou mostrar que as instituições de controle e combate à corrupção vêm realizando um trabalho meritório visando controlar o fenómeno .

Pelo que, na vertente do discurso político proferido por Nyusi, de forma recorrente, há resultados positivos no que concerne ao combate à corrupção, designadamente, porque o chefe de Estado faz um paralelismo entre o aumento de casos de corrupção que se vem observando e uma alegada acção contundente das instituições de controlo e combate à corrupção que tem na sua óptica feito um esforço meritório visando descobrir tais casos e tramitá-los. Segundo referiu Nyusi num encontro com o corpo diplomático acreditado em Moçambique em 2021: “... a subida é também resultado de mais trabalho nas instituições, o que permite despoletar mais casos e mais responsabilização”. No entanto, Nyusi apresenta o referido discurso sem mostrar em que medida está a haver, de facto, a responsabilização dos agentes envolvidos em casos de corrupção. É que, existindo muitos casos que são detectados, a questão que fica é de saber se destes quais são aqueles que são julgados: os de pequena ou de grande magnitude e, ainda, destes, qual é nível de celeridade na sua tramitação até ao final. De igual modo, Nyusi não se refere à matéria de recuperação de activos, secundarizando-a no combate à corrupção. É sabido que não se combatem os crimes de natureza económico-financeira sem uma componente eficaz de recuperação de activos.

De igual modo, Nyusi não se refere às matérias de prevenção da corrupção, ou seja, em que medida estas estão a contribuir para o combate à corrupção. Este discurso político demonstra falta de estratégia para o combate à corrupção, uma vez que procura privilegiar, neste âmbito, a componente repressiva, descurando a necessidade de se pautar pela preventiva e pelas matérias de recuperação de activos.

É de salientar que se observa que os casos de corrupção, na vertente repressiva, têm conhecido uma considerável letargia nos tribunais, sobretudo no que diz respeito aos casos de corrupção de grande dimensão que não têm conhecido o seu desfecho num tempo razoável. Estendem-se por longos anos, principalmente quando se acham em sede de recurso.

Sendo assim, continua actual a necessidade de se criarem secções especializadas nos tribunais para julgar casos de corrupção, visando conferir maior celeridade na sua tramitação. A tarefa de criar as referidas secções cabe aos tribunais. É que, o Ministério Público (MP) tem órgãos especializados que só se dedicam a investigar/instruir casos de corrupção a nível central, provincial e regional, sendo que os tribunais operam de forma generalista, ou seja, não privilegiam o tratamento de casos de corrupção, em relação aos demais. Isto quer dizer que é necessário procurar formas para que os tribunais sejam mais céleres a julgar casos de corrupção, especializando-os.

Outro aspecto que deve ser destacado na vertente do combate à corrupção é que continua sem ser produzida uma Estratégia de Combate à Corrupção e que substitua aquela que vigorou entre os anos de 2006 – 2010 com um ano de prorrogação. Esta situação faz com que não exista uma acção concertada entre os órgãos de soberania e as instituições e órgãos da administração pública visando combater à corrupção. Esta situação contribui para que haja sincronia nas acções de combate à corrupção. Outrossim, existe a necessidade de se criar uma entidade que trabalha na identificação dos riscos de corrupção nos órgãos e instituições públicas, visando produzir medidas concretas com vista a reduzir a possibilidade das mesmas serem usadas para a prática de actos de corrupção em grande escala. Em termos práticos, o que se observa é um Governo com um discurso político incisivo de combate à corrupção, principalmente através do Presidente da República, mas que na vertente prática esse discurso continua a não ser materializado através de acções concretas.

Observa-se também que o parlamento não se posiciona na vertente de combate à corrupção. Não contribui como órgão fiscalizador da acção governativa para o combate à corrupção. Na vertente do judiciário existe uma falta de conexão entre o Ministério Público e os tribunais, com reclamações de parte a parte no que diz respeito ao órgão responsável pelo atraso no desfecho dos casos de corrupção.

Com uma estratégia de anti-corrupção seria possível reduzir as diferenças e responsabilizar cada órgão, na sua área, pelos avanços ou recuos em matéria de combate à corrupção.

## **1.6.2 Vertente Institucional – Gabinete Central de Recuperação de Activos e de Gestão de Activos**

No que se refere à vertente institucional, é preciso referir que houve avanços na componente de recuperação de activos com a criação, por lei, dos Gabinetes de Recuperação e Gestão de Activos. No entanto, em termos práticos, observa-se uma demora na entrada em funcionamento destes gabinetes especializados.

Houve muita insistência da parte da Procuradora-Geral da República para que fosse criado um regime jurídico específico de recuperação de activo. No entanto, já criado esse regime jurídico, não se observa por parte da Procuradora-Geral a mesma insistência para que o Governo crie as condições necessárias para a entrada em funcionamento dos referidos gabinetes. Nesta vertente, a Procuradoria-Geral da República já avançou para o funcionamento de um Gabinete Central de Recuperação de Activos, sem que este esteja apetrechado na componente material adequada e humana especializada. Este gabinete não possui instalações próprias, técnicos especializados, equipamento adequado para realizar a sua actividade com eficiência e eficácia.

No que se relaciona ao Gabinete de Gestão de Activos, nem se quer de forma deficitária funciona, o que leva a questionar acerca da forma como se faz a gestão dos poucos activos que são recuperados. Questiona-se se sobre os activos recuperados é feita uma gestão eficiente, sem desvios de bens e fundos, com prestação de contas, com integridade e transparência. Sobretudo, é importante saber acerca do destino que é dado aos bens recuperados. Quais são as entidades que se beneficiam de tais bens e que destino dão aos mesmos. É importante que esta matéria seja clarificada, o que seria efectivo com a existência de legislação própria.

É preciso referir que sem uma forte acção visando despojar os agentes corruptos dos recursos de que estes ilicitamente se beneficiaram, o combate à corrupção não será eficaz. O caso das chamadas “dívidas ocultas/odiosas” é disso um exemplo. Em termos concretos, existem 19 arguidos a serem julgados. No entanto, dos bens de que estes são acusados de se terem apropriado ilicitamente, informações indicam que, durante a fase de instrução preparatória, muito pouco foi até ao momento recuperado, o que é um sinal claro de que existe a necessidade de reforçar a componente de recuperação de activos.

As perspectivas futuras para o incremento dos bens e activos recuperados mostram-se sombrias. Este facto surge da circunstância de o caso já ser consideravelmente antigo e, como tal, os agentes acusados dos crimes de corrupção e conexos já terem encetado acções para ocultar/dissimular os bens, uma vez que os obtiveram de forma ilícita.

Sendo assim, cabe ao Governo, como ente responsável pela implementação da política legislativa, criar as condições necessárias, e de forma urgente, para a entrada em funcionamento de forma efectiva dos gabinetes referidos. Esta é também uma situação que demonstra a falta de sincronia entre os órgãos de soberania no que concerne ao combate à corrupção. Ou seja, o Parlamento aprovou a criação dos gabinetes, mas o Governo não está a fazer o que lhe compete, que é materializar a sua entrada em funcionamento.

Vertente Legal – Pressão para Reformas do Quadro Legal em Virtude do Caso das “Dívidas Odiosas”

Em virtude do caso das “dívidas ocultas” as instituições financeiras internacionais, o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (BM) exigiram do Governo moçambicano a introdução de reformas de diversos níveis para evitar que casos semelhantes venham

a acontecer. Dentre as reformas em causa destacam-se as de natureza legal. O Código Penal actualmente já pune actos relacionados com matéria de violação das regras orçamentais, existindo outra legislação no mesmo sentido. Entretanto as referidas reformas não são garantia para que casos semelhantes não voltem a acontecer.

O problema que se coloca é em termos práticos. Quer dizer, é importante que exista um efectivo controlo entre os poderes ou órgãos de soberania, onde sejam respeitadas as competências e as atribuições de uns e outros. No entanto, na actual arquitectura do quadro legal-constitucional, não foram feitas alterações para garantir um efectivo equilíbrio de poderes até com responsabilidades e consequências que devam ser atribuídas a cada um dos órgãos de soberania na sua actuação. O que se observa é que o Presidente da República, como chefe do Governo, continua a deter poderes quase que absolutos e os outros órgãos de soberania praticamente caminham a reboque deste.

Como se pode depreender, a questão que provoca fendas no equilíbrio de poderes é tanto de ordem legal, como na componente prática. Pelo que, existe a necessidade de serem criados mecanismos de responsabilização dos órgãos de soberania no que concerne às acções que estes devem realizar no cumprimento do seu mandato legal-constitucional.

Em termos concretos, o país está dotado de um quadro legal suficientemente adequado e que, se fosse respeitado, o caso das dívidas ocultas/odiosas não teria acontecido. É na componente prática que residem as maiores fraquezas, sobretudo no que concerne à falta de respeito na implementação dos comandos, quer de natureza constitucional quer legal, aprovados e em vigor.

Sendo assim, é importante que se comece a pensar desde já na necessidade de se criar um órgão com a finalidade de fazer o acompanhamento e o controlo da implementação da legislação que é aprovada no país, de modo a tornar efectivo o quadro legal em vigor, principalmente no que se refere às áreas mais sensíveis que se mostra importante salvaguardar, mormente no que respeita ao processo de prestação de contas por parte dos órgãos e instituições públicas, promoção da transparência e combate à corrupção.

### 1.6.3 Regulação Económica

#### O Papel Relevante do Instituto Nacional de Petróleos (INP) e Demais Órgãos Reguladores

É um facto inelutável que a área da regulação em Moçambique vai-se tornando cada vez mais essencial com a entrada no mercado de novos players nos diversos sectores da actividade económica. Pela concorrência que é gerada, conduz inevitavelmente ao surgimento de conflitos de diversa ordem e magnitude entre os operadores económicos. Outrossim, a regulação mostra-se importante para a defesa dos interesses dos consumidores, que em suma são os cidadãos.

Um dos sectores onde a regulação poderá assumir contornos essenciais em 2022 é o dos petróleos. Com o início da exploração do gás natural, o INP deverá começar de facto e de direito a exercer a sua função de regulação do sector dos petróleos. Este órgão deve ser dotado de meios materiais eficazes e humanos especializados e competentes para realizar a sua função de regulação com vista a evitar, sobretudo, que o país seja prejudicado pelos operadores do sector. É que as empresas envolvidas na exploração do gás têm uma larga experiência no sector onde actuam, que pode acabar diluindo as competências do INP ou levar esta instituição involuntariamente a não conseguir posicionar-se de forma acutilante, acabando por seguir a reboque destas.

Num passado relativamente recente, assistiu-se a um facto em que o INP, como regulador, esteve ausente numa actividade que lhe competia regular. Na ocasião, houve um derramamento de mais de 30 mil litros de lama oleosa pela empresa ANADARKO quando se encontrava a realizar trabalhos de pesquisa de gás e petróleo na bacia do Rovuma. O mais grave é que foi a empresa a comunicar ao governo moçambicano e não ao regulador sobre o derrame e de igual modo, esta é que fornecia as informações subsequentes sobre os desenvolvimentos do acidente que ela mesma causou. Ora, se se pretende que haja independência do regulador com relação aos regulados é fundamental dotar o INP de meios materiais eficientes e humanos competentes ou especializados para fiscalizar as actividades dos operadores.

No que diz respeito aos subsectores da água e energia eléctrica também se mostra importante controlar a actuação dos respectivos órgãos reguladores, tratando-se de sectores essenciais para a vida dos cidadãos. Desde logo, é importante olhar para o aspecto dos preços em que sempre existe a tendência para o seu agravamento, que quando acontece, provoca a carestia de vida dos cidadãos. Houve, em 2021, informações de que a Electricidade de Moçambique, EP (EDM, EP) pretendia agravar os preços da energia, o mesmo acontecendo com a água. Ora, existe sempre a necessidade de explicar aos cidadãos a razão ou necessidade do aumento do preço dos produtos essenciais, o que só órgãos independentes ou autónomos podem fazer sem levar suspeitas de parcialidade ou favoritismo. No caso, a tarefa cabe aos órgãos ou entidades reguladoras como aquelas que controlam o funcionamento do mercado e as respectivas dinâmicas.

## 1.7 INSURGÊNCIA EM CABO DELGADO

### 1.7.1 Resposta não militares à insurgência e retirada de tropas estrangeiras?

Desde a emergência da insurgência armada de Cabo Delgado, em 2017, o Governo de Moçambique priorizou sempre uma resposta militar. Primeiro destacando as suas próprias forças militares e policiais para o terreno para conter os ataques, e depois contratando empresas militares privadas estrangeiras para assistir às forças governamentais. Por fim, Moçambique pediu intervenção militar estrangeira do Ruanda e da Comunidade Para o Desenvolvimento da África Austral (SADC).<sup>36</sup>

Enquanto a resposta das forças governamentais e das empresas militares privadas foi desastrosa, ao não conseguirem travar os insurgentes que continuaram a crescer realizando ataques a mais aldeias e distritos e com muito mais violência<sup>37</sup>, a intervenção militar estrangeira conseguiu trazer resultados positivos, desalojando os insurgentes das suas principais bases e recuperando aldeias e cidades controladas pelos insurgentes, incluindo Mocímboa da Praia, que ficou cerca de um ano sob controlo dos insurgentes<sup>38</sup>.

Entretanto, a resposta exclusivamente militar à insurgência de Cabo Delgado está a revelar-se insuficiente para conter os ataques que continuam a acontecer numa base regular e ainda com evidências de se estar a expandir para a província do Niassa<sup>39</sup>.

Como alternativa às respostas exclusivamente militares, tem-se sugerido várias outras abordagens ao conflito de Cabo Delgado incluindo a negociação<sup>40</sup> ou o diálogo<sup>41</sup> com os insurgentes, mas também a implementação de medidas de contenção do extremismo violento que irão beneficiar as comunidades locais, visando retirar a base de apoio dos insurgentes<sup>42</sup>.

### 1.7.2 Plano de Reconstrução de Cabo Delgado

O ano de 2022 poderá ser o primeiro em que o Governo vai inaugurar medidas não militares para conter a insurgência em Cabo Delgado. Em 2021, o Governo aprovou o Plano de Reconstrução de Cabo Delgado (PRCD), que visa “a reconstrução das zonas afectadas de Cabo Delgado e garantir a reposição das infraestruturas básicas e dos serviços públicos e privados essenciais e criar condições para reestabelecer o modo de vida das populações deslocadas, nos seus locais de origem”<sup>43</sup>.

O PRCD será implementado até 2024 e espera-se que o ano de 2022 seja do início da sua implementação efectiva. Com três pilares, nomeadamente: a assistência humanitária, recuperação de infraestruturas e actividade económica e financeira, o plano visa: (i) restabelecer as actividades administrativas, sociais e económicas essenciais de modo a estimular o regresso gradual da população aos seus locais de origem e em condições de segurança; (ii) assegurar meios de subsistência e bem-estar social e económico para as populações nas zonas recuperadas; e (iii) garantir a reposição das infraestruturas e a retoma da actividade económica, incluindo as operações dos grandes projectos de gás e mineração.

Como se pode denotar dos seus objectivos, o Plano de Reconstrução de Cabo Delgado vai muito para além da reconstrução.

**Inclui aspectos de governação** como assegurar meios de subsistência e bem-estar social e económico para as populações nas zonas

36 Instituto de Estudos de Segurança (2021). Irá a intervenção estrangeira pôr fim ao terrorismo em Cabo Delgado? Disponível em <https://issafrica.s3.amazonaws.com/site/uploads/policybrief-168-por.pdf> [Consultado a 24 de Janeiro de 2021]

37 Centro de Integridade Pública (2020). Recurso a empresas militares privadas para combater a insurgência em Cabo Delgado: sem transparência e com resultados desastrosos. Disponível em <https://www.cipmoz.org/pt/2020/12/14/recurso-a-empresas-militares-privadas-para-combater-a-insurgencia-em-cabo-delgado-sem-transparencia-e-com-resultados-desastrosos/> [Consultado a 24 de Janeiro de 2021]

38 Aljazeera (2021). Rwanda, Mozambique forces recapture port city from rebels. Disponível em <https://www.aljazeera.com/news/2021/8/8/rwanda-mozambique-forces-recapture-port-city-from-rebels> [Consultado a 24 de Janeiro de 2021]

39 International Crisis Group (2021). Tracking Conflict Worldwide. Disponível em <https://www.crisisgroup.org/index.php?q=crisiswatch/database&location%5B0%5D=125&crisis> = [Consultado a 24 de Janeiro de 2021]

40 DW (2021). CDD propõe negociações com terroristas em Cabo Delgado: Vale a pena? Disponível em <https://www.dw.com/pt-002/cdd-propõe-negociações-com-terroristas-em-cabo-delgado-vale-a-pena/a-58662119> [Consultado a 24 de Janeiro de 2021]

41 O País (2021). Chissano propõe diálogo entre Governo e terroristas em Cabo Delgado. [Consultado a 24 de Janeiro de 2021]

42 Chingotwane, E. et al (2021). Strategic Options for Managing Violent Extremism in Southern Africa: The Case of Mozambique. *Friedrich-Ebert-Stiftung*. Disponível em <http://library.fes.de/pdf-files/bueros/mosambik/18479.pdf> [Consultado a 24 de Janeiro de 2021]

43 República de Moçambique (2021). PLANO DE RECONSTRUÇÃO DE CABO DELGADO DAS ZONAS AFECTADAS PELO TERRORISMO (2021-2024).

recuperadas, o que bem aplicado pode ser uma importante medida de prevenção do conflito através da ocupação das populações locais com actividades produtivas.

O Governo está a buscar financiamento junto dos parceiros de cooperação, avaliado em cerca de 300 milhões de dólares, para a implementação do PRCD<sup>44</sup>.

### 1.7.3 Estratégia de Resiliência e Desenvolvimento para o Norte (ERDIN)

O Governo de Moçambique está a desenvolver a Estratégia de Resiliência e Desenvolvimento para o Norte (ERDIN), com apoio do Banco Africano de Desenvolvimento, Banco Mundial, Nações Unidas e União Europeia. O programa está virado para as três províncias do Norte, Niassa, Cabo Delgado e Nampula. A ERDIN deverá ser aprovada pelo Conselho de Ministros ainda no primeiro semestre de 2022 e visa *“promover a construção da Paz, a reconstrução do contrato social entre o Estado e o cidadão e a recuperação económica, alicerçadas na participação das comunidades, com inclusão de mulheres, jovens e grupos vulneráveis, de forma sustentável e resiliente, com respeito aos direitos humanos”*<sup>45</sup>.

Com este documento, pretende-se, com a ERDIN, “abordar as raízes da pobreza, exclusão, desigualdade, deficiente capital humano e a falta de ganhos de desenvolvimento no Norte, bem como as causas do extremismo violento na Província de Cabo Delgado”.

Ainda não há orçamento publicamente definido para financiar a ERDIN, mas deverá custar centenas de milhões de dólares somente em 2022.

O PRCD e a ERDIN representam uma abordagem não militar à insurgência de Cabo Delgado, que, quando implementada com sucesso pode ajudar a conter o extremismo violento. O contexto de corrupção endémica na gestão dos recursos do Estado faz com que seja essencial monitorar como o Governo irá executar o PRCD e a ERDIN, tendo em conta os objectivos elencados (estes riscos são discutidos de forma mais alargada no ponto 1.6, sobre o procurement público).

### 1.7.4 Retirada das tropas estrangeiras de Cabo Delgado

Em Julho e Agosto de 2022 fará um ano desde que tropas estrangeiras estão em Cabo Delgado para ajudar a combater a insurgência. As tropas do Ruanda chegaram primeiro, em Julho de 2021, e as SADC em Agosto do mesmo ano. A presença das tropas estrangeiras foi essencial para desalojar os insurgentes das suas bases, aldeias e cidades. Mas, com o trabalho feito, é importante garantir a transição para que sejam as Forças Armadas de Defesa de Moçambique a garantir a defesa do território nacional.

É expectável que alguns países que prestam apoio a Moçambique no combate à insurgência desejem beneficiar-se dos recursos naturais que abundam em Cabo Delgado e para tal queiram usar como moeda de troca o apoio prestado a Moçambique.

Será, por isso, importante monitorar o papel que as tropas estrangeiras estarão a desempenhar em Moçambique e advogar para a sua retirada assim que a situação no terreno se mostrar estando ao alcance das forças moçambicanas.

---

<sup>44</sup> O País (2021). Necessários USD 300 milhões para reconstrução de Cabo Delgado. Disponível em <https://www.opais.co.mz/necessarios-usd-300-milhoes-para-reconstrucao-de-cabo-delgado/> Consultado a 24 de Janeiro de 2021]

<sup>45</sup> Rascunho Final da ERDIN

## 1.8 DÍVIDAS OCULTAS

O escândalo das dívidas ocultas conhecerá uma nova importante fase este ano com a provável condenação dos principais réus do caso em julgamento na Cidade de Maputo. O processo judicial das dívidas ocultas foi aberto em 2015 e o julgamento só veio a iniciar seis anos depois (2021) e o desfecho poderá ser no ano 2022. Espera-se que os principais réus do processo sejam condenados a penas de prisão maior, incluindo os três oficiais superiores do Serviço de Informações e Segurança do Estado que estão no coração da arquitectura das dívidas ocultas.

Em Londres, o processo cível iniciado pelo estado moçambicano contra as empresas do grupo Privinvest e Credit Suisse, exigindo indemnização por todos os dados incorridos no âmbito das dívidas ocultas, ainda aguarda julgamento e pelo calendário não será para este ano.

Será importante monitorar o andamento do processo das dívidas ocultas em Moçambique, em Londres e em qualquer outro país onde o caso esteja a ser tratado pelas autoridades locais.

## 1.9 SAÚDE

O sector da saúde foi um dos principais focos de intervenção do Governo nos últimos dois anos, decorrente da pandemia da COVID-19. Em meados do primeiro semestre de 2021 iniciou o processo de vacinação aos grupos prioritários e em Agosto iniciou a campanha nacional de vacinação massiva contra a doença.

O Presidente da República anunciou no passado dia 19 de Janeiro de 2022 que o país já dispõe de doses de vacina contra a covid-19 necessárias para imunizar toda a população adulta (cerca de 16 milhões).

Segundo dados de até 24 de Janeiro, no país existem pelo menos 10,7 milhões de pessoas com uma dose da vacina contra a COVID administrada e cerca de 9 milhões com a vacinação completa (duas doses), pretendendo-se atingir toda a população adulta. Contudo, é expectável que não se consiga vacinar estes 16 milhões de adultos, mesmo com disponibilidade de vacinas, devido a relutância de alguma porção desta população em aderir à vacinação. Prevê-se ainda a administração de doses de reforço de vacinas no país neste ano<sup>46</sup>.

Embora ainda persistam incertezas quanto ao desenvolvimento da pandemia da COVID-19 no país e no mundo, devido ao surgimento de novas variantes, a situação demonstra-se relativamente controlada em Moçambique.

Após 2 anos de massiva concentração de esforços do sector da saúde na prevenção e tratamento da COVID-19, é necessário que se volte a pensar nos serviços de saúde e em outras doenças que têm assolado o país. Durante estes anos, alguns serviços de saúde ficaram cancelados em muitas unidades sanitárias. Pelo menos em 2020, a taxa de notificação de casos de malária e tuberculose, uma das doenças que mais mata no país, reduziu, não pela redução do número de casos, mas pela interrupção dos serviços de saúde essenciais devido a resposta à pandemia. Segundo o 2021 Global TB Report, da Organização Mundial da Saúde (OMS), a pandemia inverteu anos de progresso global no combate à tuberculose (TB) e, pela primeira vez em mais de uma década, as mortes por tuberculose aumentaram em Moçambique.

Portanto, para este ano, o Governo deve envidar esforços para reactivar todos os serviços de saúde que foram cancelados e/ou restringidos devido à priorização dos relativos à COVID-19, sob o risco de se ter sucesso no controle desta pandemia

<sup>46</sup> Rfi (2022), Moçambique vai começar a vacinar idosos e doentes com dose de reforço <https://www.rfi.fr/pt/mo%C3%A7ambique/20220121-mo%C3%A7ambique-vai-come%C3%A7ar-a-vacinar-idosos-e-doentes-com-dose-de-refor%C3%A7o>

com o custo do desenvolvimento de mais casos de doenças altamente letais como a malária e mais contagiosas como a tuberculose. Este caso deve ser acompanhado pelo restabelecimento de reagentes nos laboratórios das unidades sanitárias do país, cuja falta dura há pelo menos 6 meses, em média, no país. Este factor não apenas contribui para o não diagnóstico de novos casos de doenças, mas também coloca em risco os tratamentos já em curso. Note-se que a falta de reagentes está deveras associada à obsolescência dos equipamentos hospitalares nas unidades sanitárias do país, cujos reagentes já vão escasseando no mercado internacional, sendo, portanto, necessária a aquisição de equipamentos actualizados e que acompanhem os desenvolvimentos do mercado internacional. Associado a isto, não se deve descurar a necessidade de expansão da rede sanitária no país e o apetrechamento das mesmas com equipamentos e materiais hospitalares essenciais.

Para este ano, considerando-se os desenvolvimentos internacionais relativos à pandemia da COVID-19, à semelhança de outros países como a África do Sul e vários países europeus, em Moçambique é ainda expectável que a preocupação com a COVID-19 como doença pandémica chegue ao fim, podendo-se considerar como uma endemia.

Com o maior controle da pandemia e relaxamento das medidas restritivas a nível internacional, perspectiva-se que haja maior circulação, em particular transfronteiriça, de pessoas e bens e com isso, maior necessidade de testes de COVID. Isto é, pode-se assistir a uma grande demanda por testes, que irá acarretar custos adicionais ao sector, devendo o Ministério da Saúde (MISAU) tomar em atenção este facto.

O sector da saúde deve ainda, em 2022, tomar em consideração o caso de doenças de ordem respiratória em trabalhadores e comunidades residentes nas proximidades de zonas de exploração mineira, uma vez que ao longo dos anos cresce a percepção de que o sector tem negligenciado este tipo de doenças, sendo que os seus efeitos podem ser letais para as populações. Devem criar-se mecanismos de responsabilização às empresas exploradoras pela ocorrência de casos de doenças causadas pela exploração mineira não controlada.

## 2. PERSPECTIVAS PARA 2022 – RESUMO

Indicador	Perspectivas	Pressupostos
PIB	Aumento gradual do nível de actividade económica.	Relaxamento das medidas restritivas e de contenção da pandemia a nível nacional e internacional.  Aumento da procura externa e implementação dos projectos de exploração de gás natural na Bacia do Rovuma.
Inflação	Manutenção da tendência de aumento do nível de preços a curto prazo no mercado nacional.	Aumento do custo dos combustíveis e alimentos a nível internacional
Indústria Extractiva	Crescimento do sector em contexto de incerteza	O alcance da meta definida no PESOE 2022 de 4,1% para o sector extractivo ira depender de: <ol style="list-style-type: none"> <li>i) Preços dos principais produtos de exportação do sector;</li> <li>ii) Desempenho das principais economias de exportação;</li> <li>iii) Evolução do processo redução das emissões de carbono;</li> <li>iv) Dinâmicas do mercado financeiro internacional;</li> <li>v) Dinâmicas do sector do Carvão com a saída da Vale Moçambique;</li> <li>vi) Dinâmicas do conflito em Cabo Delgado; e</li> <li>vii) Dinâmicas da pandemia da covid-19;</li> </ol> Reorganização das cadeias produtivas a nível mundial.
Investimentos	Retoma lenta de investimentos	Implementação de projectos de exploração de gás natural na bacia do Rovuma.  Instabilidade militar na zona norte do país.  Retoma do financiamento externo pelo FMI.
Exportações e Importações	Aumento do volume de exportações e importações	Retoma gradual da actividade económica, com o relaxamento das restrições.  Aumento dos investimentos nos projectos de exploração de gás na área 4 da bacia do Rovuma.
Gestão de Finanças Públicas	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Mantém-se a pressão sobre as finanças públicas</li> <li>• Aumento da Arrecadação fiscal</li> <li>• Racionalização da despesa</li> <li>• Revisão do Orçamento do Estado</li> </ul>	Aumento da arrecadação fiscal impulsionado pela retoma gradual da actividade económica e maior controle de casos de fuga ao fisco.  Racionalização da despesa pública, especialmente de funcionamento, ao mesmo tempo em que se dá primazia aos sectores da saúde, educação, acção social, agricultura, infraestruturas e aos gastos com a guerra.  Ocorrência do ciclone Ana

Dívida Pública	Aumento da dívida pública	Aumento dos encargos e do serviço da dívida pública, com particular destaque para a dívida interna, sem descurar dos níveis da dívida externa. Factores associados ao défice orçamental e necessidade execução de despesas para a contenção da propagação da pandemia da COVID-19, assistência humanitária e reconstrução das zonas afectadas pelo conflito em Cabo Delgado.
Anti-corrupção	Aumento dos casos de corrupção no país	Falta de uma Estratégia de Combate à Corrupção actualizada e ajustada ao contexto actual
	Fraca recuperação de activos	Risco de ocultação de bens pelos agentes acusados de aquisição ilícita
	Risco de ocorrência de casos semelhantes ao das “dívidas ocultas”	Falta de reformas legais-institucionais que garantam o equilíbrio de poderes entre os órgãos do Governo e os de Soberania do Estado.  Falta de um órgão independente criado com a finalidade de fazer o acompanhamento e controlo da implementação da legislação no país.
	Maior necessidade de regulação e de independência dos órgãos de regulação	Entrada de novos players nos mercados dos diversos sectores
Procurement Público	Risco de corrupção no procurement ao serviço da reconstrução de Cabo Delgado	Contexto de emergência humanitária que pode levar ao relaxamento de processos de contratação pública
	Riscos de corrupção no procurement do sector da defesa e segurança	Excesso de secretismo no sector  Falta de transparência e prestação de contas
	Risco de corrupção no procurement do sector da saúde	Adopção do regime de contratação excepcional na aquisição de bens e serviços para o sector da saúde no contexto da pandemia
Dívidas Ocultas	Condenação a penas de prisão maior aos principais réus	Existência de provas irrefutáveis do envolvimento destes no processo das “caso das dívidas ocultas”
Insurgência em Cabo Delgado	Início da reconstrução, podendo ser negativamente influenciado pela corrupção na contratação pública e nos gastos com a guerra	Início efectivo da implementação do PRCD  Persistência da ocorrência e alastramento dos ataques armados
	Resistência da saída de tropas estrangeiras	Risco de benefício dos recursos naturais em troca de apoio militar ao país
Saúde	Retoma dos serviços de saúde cancelados e/ou restringidos devido à pandemia	Maior controlo da propagação da pandemia da COVID-19  Aumento de casos de doenças cujos serviços de atendimento foram cancelados/restringidos
	Reposição de reagentes e equipamentos laboratoriais nas unidades sanitárias	Falta prolongadas de reagentes nas unidades sanitárias do país.

# Referências

- Aljazeera (2021). Rwanda, Mozambique forces recapture port city from rebels. Disponível em <https://www.aljazeera.com/news/2021/8/8/rwanda-mozambique-forces-recapture-port-city-from-rebels> [Consultado a 24 de Janeiro de 2021]
- ASCUT (2021) Declaração da ASCUT sobre a Revisão da Política Nacional de Terra. Disponível em: <https://paane.co.mz/wp-content/uploads/2021/10/ASCUT-Declaracao-Conferencia-Internacional-de-Terras-ASCUT-Final.pdf>. [Consultado a 20. Jan. 2021]
- BM (2021), Prime Rate do Sistema Financeiro Moçambicano, disponível em: [https://www.bancomoc.mz/fm\\_pgtabl.aspx?id=298](https://www.bancomoc.mz/fm_pgtabl.aspx?id=298), [Consultado a 12/01/2022].
- BM(2021), Taxa de Câmbio média mensal, disponível em: [https://www.bancomoc.mz/fm\\_pgLink.aspx?id=222](https://www.bancomoc.mz/fm_pgLink.aspx?id=222) [consultado a 13/01/2022].
- Chingotwane, E. et al (2021). Strategic Options for Managing Violent Extremism in Southern Africa: The Case of Mozambique. Friedrich-Ebert-Stiftung. Disponível em <http://library.fes.de/pdf-files/bueros/mosambik/18479.pdf> [Consultado a 24 de Janeiro de 2021]
- CIP & IBP (2021), Governo não está a gerir de forma transparente e responsável os pacotes de política fiscal introduzidos para fazer face a COVID-19, disponível em: <https://www.cipmoz.org/pt/2021/05/25/governo-na-CC%83o-esta-a-gerir-de-forma-transparente-e-responsavel-os-pacotes-de-politica-fiscal-introduzidos-para-fazer-face-a-covid-19/>, [consultado a 13/01/2022].
- CIP (2020), Recurso a empresas militares privadas para combater a insurgência em Cabo Delgado: sem transparência e com resultados desastrosos. Disponível em <https://www.cipmoz.org/pt/2020/12/14/recurso-a-empresas-militares-privadas-para-combater-a-insurgencia-em-cabo-delgado-sem-transparencia-e-com-resultados-desastrosos/> [Consultado a 24 de Janeiro de 2021]
- CIP & Chr. Michelsen Institute (2021), Custos e Consequências das Dívidas Ocultas para Moçambique, Maputo, Moçambique / Bergen, Noruega, disponível em: <https://www.cipmoz.org/wp-content/uploads/2021/05/Dividas-Ocultas-LANC%CC%A7AMENTO.pdf>
- CIP (2020) Procurement Público em Moçambique: Reformas Legislativas sem Efeito no Combate à Corrupção. In. Governação e Integridade em Moçambique. Disponível em: <https://cipmoz.org/wp-content/uploads/11/12/Governac%CC%A7a%CC%83o.pdf> [Consultado a 20/01/2022]
- CM (2020), Mais de 43 mil pessoas perderam o emprego em Moçambique devido à Covid-19, disponível em: <https://www.cmjornal.pt/mundo/detalhe/mais-de-43-mil-pessoas-perderam-o-emprego-em-mocambique-devido-a-covid-19> [consultado a 02/02/2022]
- Diário Económico (2021) Não Precisamos de Mexer na Política de Terras, temos é de Clarificar a Lei. Disponível em: <https://www.diarieconomico.co.mz/2020/09/11/economia/nao-precisamos-de-mexer-na-politica-de-terras-temos-e-de-clarificar-a-lei/#:~:text=Alda%20Salom%C3%A3o%20integrou%2C%20inclusive%2C%20um%20grupo%20de%20peritos,de%20avaliar%20o%20desempenho%20interno%20sobre%20a%20mat%C3%A9ria> [Consultado a 20. Jan. 2021]
- DW (2021). CDD propõe negociações com terroristas em Cabo Delgado: Vale a pena? Disponível em <https://www.dw.com/pt-002/cdd-propõe-negociações-com-terroristas-em-cabo-delgado-vale-a-pena/a-58662119> [Consultado a 24 de Janeiro de 2021]
- DW (2021), Filipe Nyusi considera assustadores números da corrupção em Moçambique. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-002/filipe-nyusi-considera-assustadores-n%C3%BAmoros-da-corrup%C3%A7%C3%A3o-em-mo%C3%A7ambique/a-57531281> [Consultado a 16/01/2022]
- FMI (2022), 2022 projected GDP, disponível em: <https://www.imf.org/en/Countries/MOZ>
- Euronews (2021), Moçambique julga os 19 arguidos do caso das “dívidas ocultas”. Disponível em: <https://pt.euronews.com/2021/08/24/mocambique-julga-os-19-arguidos-do-caso-das-dividas-ocultas> [Consultado a 16/01/2022]
- Governo de Moçambique (2021), Rascunho Final da Estratégia de Resiliência e Desenvolvimento Integrado do Norte
- Governo de Moçambique (2021). Plano de Reconstrução de Cabo Delgado e das Zonas Afectadas pelo Terrorismo (2021-2024),



CENTRO DE INTEGRIDADE PÚBLICA  
Anticorrupção - Transparência - Integridade

---

Parceiros:



Schweizerische Eidgenossenschaft  
Confédération suisse  
Confederazione Svizzera  
Confederaziun svizra

Swiss Agency for Development  
and Cooperation SDC



Norwegian Embassy